

São Paulo

DATA MERCANTIL

R\$ 2,00

Quinta - feira, 29 de abril de 2021

Edição N° 290

www.datamercantil.com.br

Bancos estrangeiros reduzem crédito ao Brasil, mas ampliam empréstimos globais



Ao contrário do que ocorreu na crise financeira de 2008/2009, quando houve contração do crédito bancário mundial, as instituições financeiras aumentaram os empréstimos durante a pandemia no ano de 2020, inclusive para governos estrangeiros e empresas de outros países.

Para o Brasil, no entanto, a disponibilidade de recursos externos foi reduzida no ano passado, revertendo os re-

sultados positivos de 2018 e 2019.

O país registrou redução de US\$ 22 bilhões em créditos bancários externos em 2020, segundo relatório divulgado nesta terça-feira (27) pelo BIS (Banco de Compensações Internacionais).

Desde o final de 2015, os créditos externos ao país encolheram US\$ 38 bilhões, para cerca de US\$ 240 bilhões no final do ano passado.

Somente no segundo trimestre do ano passado, foi

registrada saída de US\$ 29,9 bilhões, maior valor entre as grandes economias emergentes. No terceiro e quarto trimestres, as saídas foram menores e somaram US\$ 6,1 bilhões.

O crédito bancário internacional cresceu US\$ 431 bilhões no quarto trimestre de 2020, concentrado em economias como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido. No Brasil, encolheu US\$ 1,1 bilhão no período. O estoque

mundial chegou a US\$ 35,6 trilhões no final do ano.

Nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, o fluxo do último trimestre de 2020 foi positivo em US\$ 34 bilhões, após dois trimestres de declínio. O resultado foi puxado por países da Ásia e Pacífico, seguidos por África e Oriente Médio. Na América Latina e Caribe, os fluxos continuaram em queda.

No final de 2020, o crédito denominado em dólares para o setor não financeiro fora dos Estados Unidos havia crescido 5% em um ano, atingindo US\$ 12,7 trilhões.

As taxas de crescimento positivas durante a pandemia contrastam fortemente com as contrações observadas durante a Grande Crise Financeira de 2008/2009, segundo a instituição, embora o fluxo a não residentes tenha sido menor do que para residentes.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Economia



Lucro do Santander bate recorde e atinge mais de R\$ 4 bilhões no 1º tri

Página - 03

Brasil quer modernizar Mercosul, diz secretário de Comércio Exterior

Página - 03

71% acreditam em recuperação da economia só a partir de 2022, diz CNI

Página - 03



Política

Guedes promete novo programa social voltado a trabalhadores informais, chamado de BIP

Página - 04



No Mundo

Após fala de Guedes contra China, chanceler age como bombeiro e conversa com embaixador



O chanceler brasileiro Carlos França conversou nesta quarta (28) com Yang Wanming, embaixador chinês em Brasília. O telefonema foi feito um dia após Paulo Guedes, ministro da Economia, acusar a China de ter criado o coronavírus e ter criticado a eficiência de vacinas chinesas.

Yang divulgou a conversa em uma rede social. “Nesta manhã, conversei, por telefone, com o chanceler brasileiro Sr. [Carlos] França. Concordamos em reforçar ainda mais a confiança política mútua num ambiente sadio e amigável, implementar os consensos entre os chanceleres,

res, e continuar a nossa parceria de vacinas”, escreveu o diplomata chinês.

Nesta quarta-feira (28), França participa de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. “Nossa embaixada em Pequim acompanha em tempo real cada processo de autorização de exportação de IFAs”, disse, em referência às matérias-primas para a produção das vacinas.

A demora da China no envio de vacinas, bem como a de insumos para a produção delas, gerou atrasos na campanha de imunização contra a Covid no Brasil.

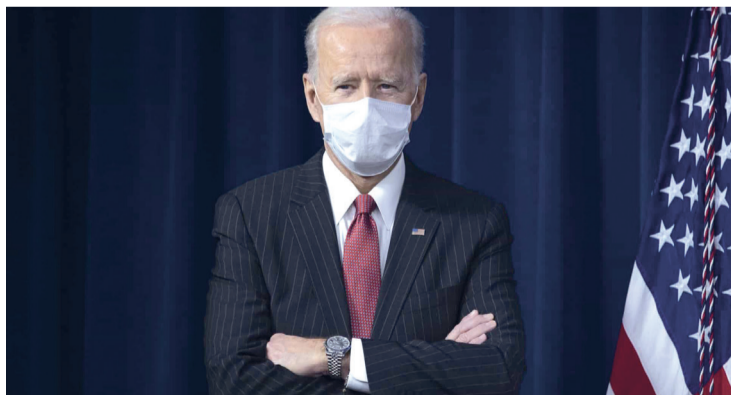
Na terça (27), o ministro Paulo Guedes fez críticas à

China. “O chinês inventou o vírus e a vacina dele é menos efetiva que a do americano. O americano tem cem anos de investimento em pesquisa. Então os caras falam: ‘qual o vírus? É esse? tá bom’. Decodifica, tá aqui a vacina da Pfizer. É melhor do que as outras”, disse Guedes.

Os testes clínicos realizados até o momento verificaram uma maior eficácia de imunizantes desenvolvidos por farmacêuticas como Pfizer e Moderna, dos EUA, mas especialistas afirmam que as testagens ocorrem em circunstâncias diferentes e que os dados não podem ser comparados.

Rafael Balago/Folhapress

Com novo pacote trilionário, Biden quer ampliar acesso a educação e saúde



O presidente dos EUA, Joe Biden, anuncia nesta quarta-feira (28) um plano para ampliar o acesso dos americanos à educação e à saúde, num pacote que pretende garantir ao menos quatro anos de educação gratuita, sendo dois na pré-escola e dois no ensino superior.

A proposta, batizada de Plano para as Famílias Americanas, custará US\$ 1,8 trilhão (R\$ 9,7 trilhões) ao longo de dez anos. Desse valor, US\$ 1 trilhão serão em investimentos diretos, e o resto virá em forma de abatimentos de impostos. O dinheiro para

Astronauta da Apollo 11, Michael Collins morre aos 90 anos

O astronauta norte-americano Michael Collins, que ficou no módulo de comando da Apollo 11 no dia 20 de julho de 1969 enquanto Neil Armstrong e Buzz Aldrin viajavam à superfície lunar para se tornarem os primeiros humanos a caminharem na lua, morreu nesta quarta-feira (28), aos 90 anos, informou a família.

Um comunicado da família disse que Collins morreu de câncer.

Descrito muitas vezes como o terceiro astronauta “esquecido” da missão his-

tórica, Collins ficou sozinho durante mais de 21 horas até seus dois colegas voltarem ao módulo lunar. Ele perdeu contato com o controle da missão em Houston todas as vezes em que a espaçonave circundou o lado escuro da lua.

“Desde Adão, nenhum humano conheceu tanta solidão quanto Mike Collins”, registrou o diário da missão, referindo-se à figura bíblica.

Collins escreveu um relato de suas experiências na autobiografia de 1974 *Carrying the Fire*, mas praticamente evitou qualquer tipo de vida pública.

Reuters/ABR



o plano seria obtido com aumentos de taxas e fins de benefícios fiscais aos ricos e a grandes corporações, o que pode dificultar sua aprovação pelo Congresso.

Biden, que completa cem dias no cargo na quinta (29), anunciará formalmente a proposta nesta quarta, em um discurso no Congresso. A principal meta educacional da proposta, cujos detalhes foram antecipados pela Casa Branca, é universalizar o acesso gratuito à pré-escola para crianças de três e quatro anos de idade. Assim, mães e pais poderão ter mais tempo livre para trabalhar.

Para os jovens adultos, o plano propõe garantir dois anos de ensino superior gratuito nos Community Colleges, faculdades que geralmente oferecem cursos de dois anos e possuem processos de admissão mais simples do que os das universidades.

Biden também propõe aumentar o valor de bolsas a universitários de baixa renda pelo programa Pell Grants, que atende 5,5 milhões de alunos, muitos dos quais negros e de origem latina. Há também recursos previstos para melhoria da formação de professores e atração de mais jovens a essa carreira.

Rafael Balago/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Lucro do Santander bate recorde e atinge mais de R\$ 4 bilhões no 1º tri



O lucro do Santander Brasil bateu recorde e ficou em R\$ 4,012 bilhões no primeiro trimestre deste ano, um avanço de 4,1% em relação a igual período de 2020. Em comparação aos três meses anteriores, quando registrou lucro de R\$ 3,958 bilhões, o aumento foi de 1,4%. O resultado reflete um maior volume de empréstimos feitos pelo banco e uma redução nas reservas para cobrir eventuais calotes, as chamadas provisões.

O lucro societário do banco ficou em R\$ 2,8 bilhões no período, uma queda de 25,4% na mesma base de comparação.

No primeiro trimestre deste ano a carteira de crédito do Santander ficou em

R\$ 424,8 bilhões, avanço de 12,2% em comparação a igual período de 2020. Os empréstimos voltados para pessoas físicas -maior parte da carteira do banco- totalizaram R\$ 178,4 bilhões, alta de 13,4% na mesma comparação.

Na carteira corporativa, os recursos cedidos às grandes empresas atingiram R\$ 129,9 bilhões, aumento de 9,2% em relação ao primeiro trimestre de 2020. O crédito para pequenas e médias empresas subiu 28,4% no período, para R\$ 55,3 bilhões.

O financiamento ao consumo ficou em R\$ 61,1 bilhões, alta de 3,4% na mesma base de comparação.

A carteira de crédito ampliada do banco (que considera outras operações com risco de crédito, como debên-

tures, letras de crédito, entre outros) ficou em R\$ 497,6 bilhões, aumento de 7,4%.

As provisões de crédito do banco, por sua vez, totalizaram R\$ 3,2 bilhões no primeiro trimestre deste ano, um recuo de 7,7% em relação ao observado em iguais três meses de 2020 -momento em que a pandemia do coronavírus começava a ganhar força no país.

Em relação ao trimestre imediatamente anterior, as reservas contra calotes subiram 9,7%.

Em relatório divulgado nesta quarta-feira (28) o banco afirmou que segue fazendo um acompanhamento rigoroso dos indicadores de qualidade do crédito.

Isabela Bolzani/Folhapress

71% acreditam em recuperação da economia só a partir de 2022, diz CNI



A lentidão da campanha de vacinação e um recrudescimento da pandemia de Covid-19 têm pesado nas expectativas da população, e 7 em cada 10 brasileiros dizem acreditar que a economia irá se recuperar só a partir de 2022, segundo levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Quando a mesma pergunta foi feita em julho do ano passado, 61% responderam que a economia brasileira deve se recuperar dos efeitos da Covid-19 em até dois anos ou mais.

“Só a imunização em massa da população vai recolocar o Brasil no caminho da

Brasil quer modernizar Mercosul, diz secretário de Comércio Exterior

O Brasil tem feito esforços para reformar e modernizar o Mercosul de forma que os membros possam se beneficiar de maior integração e de maneira competitiva na economia global, disse hoje o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, do Ministério da Economia, Roberto Fendt Júnior.

O secretário participou quarta (28) da abertura do 12º Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (Enaserv 2021) realizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), em parceria com o Ministério da Economia. O tema de sua palestra foi a importância dos serviços na expansão do comércio exterior brasileiro e na adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo Fendt Júnior, após avaliação de custo e be-

nefício do Ministério da Economia para reduzir a burocratização do setor, foi tomada a decisão de desligamento definitivo do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços Intangíveis e de outras operações, que exigiam a prestação de informações pelos operadores privados.

A medida se insere no amplo processo de desburocratização, facilitação e melhoria do ambiente de negócios promovido pelo governo federal.

De acordo com o secretário, a inserção dos serviços em regimes de processamento para exportação e os acordos para evitar a dupla tributação são uma das linhas relacionadas ao incremento de produtividade dos produtos e serviços brasileiros no exterior, que a secretaria vem atuando para fazer frente a crescente vinculação entre o setor de serviços e os demais segmentos produtivos.

Cristina Indio do Brasil/ABR



retomada da economia”, diz Robson Braga de Andrade, presidente da entidade.

Os dados apontam que 83% dos entrevistados consideram o ritmo de vacinação no país lento ou muito lento e 21% dizem acreditar que serão vacinados apenas no ano que vem.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, revisou o calendário de vacinação contra a Covid-19 e adiou o fim da imunização do grupo prioritário em quatro meses, de maio para setembro.

Andrade, da CNI, ressalta que é preciso avançar na execução do Plano Nacional de Imunização, respeitando a ordem dos grupos prioritários,

para que a população consiga recuperar a confiança.

O levantamento, feito em parceria com a FSB Pesquisa, aponta também o impacto da crise provocada pela pandemia nos salários, seja de quem tem carteira assinada ou não.

Para 41%, o rendimento ficou igual, enquanto 32% dizem que os rendimentos diminuíram. Em um cenário ainda mais grave, 14% disseram que perderam toda a renda.

Em contrapartida, 71% dos entrevistados afirmaram que reduziram gastos por causa das medidas de isolamento social —mesmo resultado observado em julho do ano passado.

Douglas Gravas/Folhapress

Política

Guedes promete novo programa social voltado a trabalhadores informais, chamado de BIP



O ministro Paulo Guedes (Economia) voltou a prometer um novo programa social voltado para trabalhadores informais, que deve ser chamado de BIP (Bônus de Inclusão Produtiva).

O governo calcula que há cerca de 40 milhões de trabalhadores informais no país. “Nós devemos a eles também ferramentas de sobrevivência nos próximos meses enquanto fazemos a vacinação [contra a Covid-19] em massa”, disse Guedes nesta quarta-feira (28).

A ideia do BIP surgiu em fevereiro, quando a equipe econômica tentou realizar mudanças na nova rodada do auxílio emergencial. O objetivo era que o recebimento do

auxílio pudesse ser associado a um curso aos beneficiários, que, em sua maioria, têm baixo nível de qualificação.

Portanto, segundo integrantes do governo, o plano seria que o auxílio fosse associado à Carteira Verde e Amarela, programa que deve ser relançado pelo governo para reduzir encargos trabalhistas e estimular a formalização de pessoas de baixa renda.

Sem dar detalhes, Guedes retomou nesta quarta o plano do BIP, argumentando que o país não tem um mercado de trabalho formal mais amplo por causa de uma legislação trabalhista obsoleta.

O auxílio emergencial foi renovado em 2021, de abril a julho. O benefício varia de acordo com a composição da

família. As parcelas vão de R\$ 150 a R\$ 375 por mês. No caso do Bolsa Família, o benefício médio está na faixa de R\$ 190 por mês.

O governo promete um novo programa social assim que acabarem as parcelas do auxílio emergencial. Portanto, em agosto.

Segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, a parte de assistência social das novas medidas a serem lançadas pelo governo estão sendo estudadas pelo Ministério da Cidadania, enquanto que a equipe econômica analisará as questões orçamentárias, além dos pontos relativos à legislação trabalhista.

Thiago Resende/Folhapress

Acuado pela CPI da Covid, Bolsonaro recorre a líder do centrão para tentar arrefecer ânimos de Renan



Acuado pela CPI da Covid, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) não desistiu de tentar criar um canal de diálogo com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da comissão. Com isso, busca-se evitar um maior desgaste na imagem do governo federal.

A intenção é evitar uma ofensiva contra o governo por equívocos cometidos no combate à pandemia do novo coronavírus. Nesta terça-feira (27), o colegiado deu início aos trabalhos.

Bolsonaro, após ter falhado em investidas anteriores de aproximação com o relator da CPI, aposta agora na relação de amizade do

Marco Aurélio, do STF, manda governo realizar Censo 2021, cancelado por falta de verba

O ministro Marco Aurélio, do STF (Supremo Tribunal Federal), mandou o governo federal realizar o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2021.

O Executivo havia cancelado a realização do levantamento por falta de dinheiro.

O magistrado, porém, acolheu pedido do estado do Maranhão e determinou ao governo a “adoção de medidas voltadas à realização do censo”.

Ao sancionar o Orçamento de 2021 na última quinta-feira (22), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fez mais um corte na verba para o Censo demográfico.

No dia seguinte, o então secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, confirmou que a pesquisa não seria feita neste ano.

Os recursos para o cen-

so, que inicialmente eram de R\$ 2 bilhões, foram reduzidos para cerca de R\$ 50 milhões. Esse é o valor que sobrou para o IBGE realizar estudos e preparar a pesquisa.

Marco Aurélio, porém, afirmou que a União e o IBGE, “ao deixarem de realizar o estudo no corrente ano, em razão de corte de verbas, descumpriram o dever específico de organizar e manter os serviços oficiais de estatística e geografia de alcance nacional”.

“No caso, cabe ao Supremo, presentes o acesso ao Judiciário, a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais e a omissão dos réus, impor a adoção de providências a viabilizarem a pesquisa demográfica”.

O ministro afirmou que a pesquisa é essencial para o desenvolvimento do país e para orientar a atuação de gestores públicos.

Matheus Teixeira/Folhapress



congressista alagoano com o presidente nacional do PP, o senador Ciro Nogueira (PI), aliado do Planalto e também integrante da CPI.

Segundo relato feito à Folha, Bolsonaro entrou em contato com Nogueira, de quem se tornou aliado após a entrada do centrão na base aliada, e pediu ao dirigente partidário que ajude, como uma espécie de mediador, a arrefecer os ânimos de Renan em relação ao Palácio do Planalto.

O alagoano, que na primeira sessão deu recados duros ao Poder Executivo, irritou-se com medida judicial ingressada pela deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP), aliada do governo, para que o senador fosse im-

pedido de se tornar relator.

O pedido, que foi inicialmente concedido por um juiz federal do Distrito Federal na segunda-feira (26), acabou reformado. O TRF-1 (derrubou a decisão liminar (provisória) nesta terça-feira.

Na semana passada, segundo assessores palacianos, Nogueira informou a auxiliares do presidente que tem uma relação harmônica com Renan.

O senador aliado disse ainda que, como integrante da comissão, adotará postura de prudência e equilíbrio, sem entrar em embate direto nem com o presidente, Omar Aziz (PSD-AM), nem com o relator da CPI.

Daniel Carvalho/Folhapress

Mercado financeiro continua preocupado com desdobramentos da pandemia, diz BC

O Banco Central informou nesta terça-feira, 27, por meio do Relatório de Estabilidade Financeira (REF), que o mercado financeiro continua preocupado com os desdobramentos da pandemia do novo coronavírus.

“As IFs (instituições financeiras) pesquisadas mantêm atenção elevada com a inadimplência e com a redução da atividade econômica”, registrou o BC. “As IFs acreditam que atrasos na vacinação e o surgimento de novas cepas do coronavírus podem prolongar a crise sanitária e exigir mais gastos para proteger a população vulnerável e incentivar a economia.”

Conforme a autarquia, o aumento dos gastos aumentaria o “já elevado risco fiscal”. “Não obstante, a confiança das IFs na estabilidade financeira durante toda a pandemia tem permanecido elevada, bem acima do que estava durante a recessão de 2015-2016”, disse o BC.

O Banco Central avaliou nesta terça, por meio do REF, que os resultados de testes de estresse aplicados sobre instituições financeiras continuam demonstrando redução dos efeitos da pandemia do novo coronavírus no sistema.

“Os resultados continuam corroborando a capacidade de o sistema absorver choques, sem desenquadramentos relevantes”, pontuou o BC. “Os resultados das análises de sensibilidade também indicam boa resistência quando cada risco é simulado isoladamente. São testados os riscos de crédito, juros, câmbio e desvalorização de imóveis. Os resultados mantiveram-se estáveis em comparação aos testes anteriores.”

FBR Soluções Participações S/A

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de R\$)

Ativo	Nota	Balancos Patrimoniais			Passivo	Nota	Balancos Patrimoniais		
		2020	2019	2020			2019		
Circulante		478	510	Circulante		635	616		
Caixa e equivalentes de caixa	3	293	114	Empréstimos e financiamentos	10	173	165		
Dividendos a receber	4	-	-	Salários, provisões e encargos sociais	11	411	382		
Impostos e contribuições a recuperar	5	22	11	Impostos e contribuições a recolher	12	-	5		
Valores a receber de partes relacionadas	6	129	353	Outros débitos e valores	13	51	64		
Outros créditos	7	34	32	Não Circulante		267	409		
				Empréstimos e financiamentos	10	20	193		
Não circulante		212.923	236.787	Valores a pagar a partes relacionadas	14	247	216		
Valores a receber de partes relacionadas	6	212.629	236.397	Patrimônio Líquido		212.499	236.272		
Investimentos	8	294	389	Capital Social	15	32.948	32.948		
Imobilizado	9	-	-	Reserva de Capital	16	209.985	209.985		
Intangível	9	-	-	Prejuízos acumulados	(30.434)	(6.661)	-		
Total do ativo		213.401	237.297	Total do Passivo		213.401	237.297		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. **Informações Gerais** – A FBR Soluções Participações S/A é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1306, conjunto 51, Sala 03, Jardim Paulistano, CEP: 01.451-914. A Sociedade foi constituída em 29/02/2016 tendo como objeto principal a participação em outras sociedades, empresas, empreendimentos ou consórcios, como acionista, sócia, quotista, consorciada ou investidora. Em 03/09/2018 a empresa conferiu suas quotas de emissão da CDHl Brasil, para integralização de aumento do capital social de sua investida UP Brasil – Policard Systems e Serviços S.A. Em 01/01/2020, a controlada indireta Up Brasil Administração e Serviços Ltda. “UP Brasil” passou a ser controlada direta da Companhia ao incorporar a Up Brasil – Policard Systems e Serviços S.A. “Policard”, em uma operação de incorporação reversa.

2. **Base para Elaboração das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis** – 2.1. **Apresentação das demonstrações financeiras e base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC). Para os assuntos não tratados nesta norma, são aplicadas as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nº 11.637/07, Medida Provisória nº 449/08 e nº 11.941/09 e as práticas contábeis contidas nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário que a Administração faça uso de estimativas e adote premissas para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias para contingências e perdas relacionadas a contas a receber. 2.2. **As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:** a) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, moeda do principal ambiente econômico funcional e de apresentação, arredondadas para o mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. c) **Outros ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ocorridos até a data do balanço. d) **Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais descritas na nota explicativa nº 7, que correspondem à estimativa referente à expectativa de vida útil do ativo imobilizado. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e a reparos quando incorridos são registrados no resultado. e) **Redução do valor recuperável dos ativos:** A Administração da FBR não identificou no imobilizado ou em outros ativos não circulantes evidências de perdas não recuperáveis a fim de que fosse necessário reconhecimento no resultado. f) **Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. g) **Apuração do resultado do exercício:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. 3. **Caixa e Equivalentes de Caixa** – O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder do Grupo, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, conforme registrado na

demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	293	114
Variação relativa na participação de controladas	293	114
Saldo em 31/12/2019	32.948	209.985

4. **Dividendos a receber** – Não houve proposta de dividendos, em virtude da apuração de prejuízo. 5. **Impostos a Recuperar** – Os valores de impostos a recuperar que serão objeto de compensação futura estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
IRRF pago a maior a compensar	14	4
CSLL pago a maior a compensar	8	1
FGTS pago em duplicidade a compensar	-	6
	22	11

6. **Valores a receber de partes relacionadas** – Os valores dessas rubricas referem-se ao saldo de reembolso de despesas a receber da controladora e acionistas minoritários, com observação das condições estabelecidas na Solução de Divergência COSIT nº 23/2013.

7. **Outros créditos** – Despesas antecipadas referente a Seguros a apropriar e adiantamentos diversos, conforme demonstramos a seguir:

	2020	2019
Prêmios de seguro a apropriar	18	17
Adiantamento a Funcionários	16	-
Adiantamento a fornecedores	-	15
	34	32

8. **Investimento** – O investimento na sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como Receita (ou Despesa) operacional. Na data do encerramento do balanço a FBR possuía o seguinte investimento em Controladas:

Controlada	% Participação
UP Brasil Administração e Serviços Ltda.	99,99998%
Os saldos dos investimentos e equivalências patrimoniais estão demonstrados no Balanço conforme abaixo:	
Investimento Policard	229.336
Equivalência Patrimonial Policard	7.061
Investimento Up Brasil Administração	107.895
Equivalência Patrimonial Up Brasil Administração	(23.768)
Agio Up Brasil Administração	77.876
Agio Empório Card	50.626
	212.629

9. **Imobilizado e Intangível** – Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada em cada ativo pelo modo linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzindo da amortização e das perdas por redução de valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzindo das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Imobilizado	Taxa Anual Depreciação	2020			2019		
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Equipamentos de Informática	20%	11	7	4	11	6	5
Veículos	20%	468	178	290	468	84	384
		479	185	294	479	90	389

Intangível	Taxa Anual Amortização	2020			2019		
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Residual
Direito Uso Software	20%	1	1	-	1	-	1
		1	1	-	1	-	1

Mutações do Imobilizado:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	389	87
Adições – Equipamentos de Informática	-	-
Adições – Veículos	-	468
Alienções	-	(69)
(-) Depreciação	(95)	(97)
Saldo no final do exercício	294	389

Mutações do Intangível:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	1	1
Adições – Software	-	-
(-) Amortização	(1)	-
Saldo no final do exercício	-	1

10. **Empréstimos e Financiamentos a Pagar** – Nessa rubrica estão representados os valores referentes a Leasings Financeiros para a aquisição de veículos necessários para a atividade operacional da empresa.

	2020	2019
Curto Prazo	173	165
Leasing Financeiro a Pagar	173	165

11. **Salários, Encargos e Provisões Trabalhistas** – Estão representados, basicamente por salários a pagar, férias e encargos sociais incorridos até a data do balanço conforme demonstramos abaixo:

	2020	2019
Salários e Ordenados	-	77
Encargos sociais sobre salários e ordenados	252	103
Férias e encargos sociais	159	202
	411	382

12. **Imposto e Contribuições a Recolher**

	2020	2019
IRRF retido a recolher	-	1
PCC retido a recolher	-	4
	-	5

13. **Outros débitos e valores** – Segue abaixo detalhe do Saldo a pagar referente a outros débitos e valores no fim dos exercícios:

	2020	2019
Contas a pagar – suprimentos	20	9
Outros credores diversos	31	55
	51	64

Demonstrações do Resultado

	Nota	2020	2019
Despesas com pessoal	(2.427)	(2.738)	
Despesas gerais e administrativas	(315)	(1.104)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	2.803	3.856
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e do IRPJ e da contribuição social		61	14
Receitas financeiras	18	3	1
Despesas financeiras	18	(69)	(75)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(66)	(74)
Resultado de equivalência patrimonial	19	(23.126)	(113)
Resultado do exercício		(23.131)	(173)
Resultado por Ação – 15.098.638 ações		(1,53)	(0,01)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018	32.948	209.985	(6.466)	236.467
Resultado do exercício	-	-	(173)	(173)
Variação relativa na participação de controladas	-	-	(22)	(22)
Saldo em 31/12/2019	32.948	209.985	(6.661)	236.272
Resultado do exercício	-	-	(23.131)	(23.131)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(642)	(642)
Saldo em 31/12/2020	32.948	209.985	(30.434)	212.499

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(23.131)	(173)
Depreciação e amortização	96	97
Provisão PLR	83	387
Equivalência patrimonial	23.126	113
Ganho/Perda alienação Imobilizado	-	(25)
Provisão Juros com Partes relacionadas	28	17
Lucro líquido ajustado	202	416
Variáveis nos ativos e passivos	(80)	(363)
(Aumento) redução de impostos e contribuições a recuperar	(11)	(5)
(Aumento) redução de outros ativos	(2)	12
Aumento (redução) de salários, provisões e encargos sociais	(54)	(279)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(5)	(3)
Aumento (redução) de outros débitos e valores	(13)	(151)
Aumento (redução) de partes relacionadas	5	63
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	(399)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	(468)
Baixas de bens do ativo Imobilizado	-	69
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	57	450
Entrada (amortização) de empréstimos/financiamentos obtidos	(165)	286
Entrada (amortização) de mútuo com partes relacionadas	222	164
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	179	104
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	114	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	293	114
Variação no caixa e equivalentes de caixa	179	104

14. **Valores a pagar a partes relacionadas** – A Sociedade formalizou contrato de mútuo em 05/01/2017 mediante empréstimo para Up Brasil Adm. e Serviços Ltda. Mútuo a pagar – Up Brasil

	2020	2019
Mútuo a pagar – Up Brasil	247	216
	247	216

15. **Capital Social** – O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.948.175,68 (Trinta e dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), representado por 15.098.638 (Quinze milhões, noventa e oito mil e seiscentos e trinta e oito) ações ordinárias, no valor de R\$ 2,1822 cada uma, distribuídas entres os acionistas como segue:

	Ações	Reais
UP Groupe Invest. Participações Ltda.	15.098.637	32.948.174
CD Holding Internationale	1	2
	15.098.638	32.948.176

16. **Reserva de Capital** – O saldo da reserva de capital em 31/12/2020 e 2019 é de R\$ 209.985. Não houve constituição de reserva em 2020 e 2019.

17. **Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas** – Tais valores referem-se majoritariamente a reembolso de despesas por parte das controladas com observação das condições estabelecidas na Solução de Divergência COSIT nº 23/2013. 18. **Resultado Financeiro** – As receitas e despesas financeiras representam os ganhos e gastos ocorridos durante o exercício de 2020, conforme detalhados abaixo:

	2020	2019
Receitas financeiras:		
Rendimento Aplicação Financeira	3	1
	3	1
Despesas financeiras:		
Encargos sobre contingências, impostos e taxas	(6)	(7)
Despesas bancárias	(6)	(2)
Juros sobre mútuo	(28)	(17)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(29)	(49)
	(69)	(75)
Resultado financeiro líquido	(66)	(74)

19. **Resultado Equivalência Patrimonial** – Valor referente aos resultados da equivalência patrimonial, conforme detalhamos abaixo:

	2020	2019
Perda Equivalência Patrimonial – Policard	-	(113)
Perda Equivalência Patrimonial – Up Brasil	(23.126)	-
	(23.126)	(113)

20. **Instrumentos Financeiros** – Durante o exercício findo em 31/12/2020 a Sociedade não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. As transações financeiras ocorridas envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidos das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza desses ativos e passivos e seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Thomas Richard Victor René Pillet
Diretor Administrativo/Financeiro
Danielle Matos da Cunha Lima
Contadora CRC MG-102943/O

Moedas globais: dólar opera em baixa ante rivais, em dia de Fed

O dólar operou em queda ante rivais nesta quarta-feira, 28, dia marcado pela divulgação da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). O tom dovish das falas do presidente da instituição, Jerome Powell, em coletiva de imprensa que seguiu o anúncio da decisão, levou a moeda americana a aprofundar sua desvalorização em relação a outras moedas fortes.

O Dollar Index (DXY), que mede a variação do dólar ante seis divisas rivais, fechou em queda de 0,33%, aos 90,609 pontos. O euro, principal componente do marcador, se valorizava a US\$ 1,2128 no fim da tarde em Nova York, assim como a libra subia a US\$ 1,3945 no mesmo horário. Já o dólar cedia a 108,64 ienes.

O DXY manteve queda modesta logo após a decisão do Fed de manter a configuração de sua política monetária, conforme amplamente

esperado por analistas consultados pelo Broadcast. Em comunicado, o BC americano reconheceu a melhora econômica observada nos Estados Unidos, diante da vacinação em massa no país, bem como a alta na inflação do país, ainda que por razões transitórias “na maior parte”.

O dólar passou a cair com mais força, porém, diante das falas de Powell depois da decisão. O dirigente do Fed adotou um discurso considerado dovish.

Publicidade Legal

Dólar cai a R\$ 5,36 com Fed e Powell ao menor nível desde 2 de fevereiro



A declaração do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, de que ainda não é hora nem de começar a discutir a retirada dos estímulos extraordinários nos Estados Unidos ajudou a enfraquecer o dólar no mercado mundial e a fortalecer os ativos de risco. Em meio a recordes nas bolsas em Nova York e desaceleração da alta dos juros longos americanos, o dólar ampliou a baixa nos países desenvolvidos e emergentes, caindo a R\$ 5,35 ante o real na mínima do dia.

Ajudado por fluxo externo e um noticiário positivo interno, que inclui criação de vagas em março, medida pelo Caged, melhor que o esperado e previsão de chegada na quinta-feira do primeiro lote de vacina da Pfizer ao Brasil, o real teve o melhor desempenho nesta quarta-feira no mercado mundial de moedas, considerando as 34 divisas mais líquidas.

No fechamento, o dólar à vista terminou a quarta-feira em queda de 1,82%, cotado em R\$ 5,3616, menor nível desde o dia 2 de fevereiro (R\$ 5,35). No mercado futuro, o dólar para maio era negociado em baixa de 1,78%, a R\$ 5,3580 às 17h30.

As declarações de Powell após a reunião de política monetária do Fed, que manteve os juros e as compras mensais de ativos, foram vistas como “dovish”, ou seja, defendendo juros baixos e mais tolerantes com a inflação. Powell e os demais dirigentes reconheceram a melhora da economia americana e a aceleração dos preços, mas avaliam que ela se deve a fatores transitórios e o apoio do Fed ainda é necessário para manter o fôlego da economia.

IstoÉDinheiro

T&Z Start Holding Ltda.
CNPJ/ME nº 41.097.255/0001-00 – NIRE 35.236.934.642

1ª Alteração Contratual e Consolidação de Contrato Social
De acordo com o presente instrumento particular, **Tarcísio Basso Barbosa**, portador do RG nº 18.555.222-5 SSP/SP e do CPF/ME nº 095.525.898-78 (“**Tarcísio**”), e **Zenaide Eliza Basso da Silva**, portadora do RG nº 4.556.754-2 SSP/SP e do CPF/ME nº 705.135.388-87 (“**Zenaide**”), únicos sócios da sociedade denominada **T&Z Start Holding Ltda.**, com sede na Avenida Chosso Okanobo, nº 1.001, Quinta do Lago Residence, São José do Rio Preto-SP (“**Sociedade**”), têm entre si justo e contratado, nos termos do Artigo 1.072, § 3º, da Lei nº 10.406 de 10/01/2002, conforme alterada e em vigor (“**Código Civil**”), alterar e consolidar o contrato social da Sociedade (“**Contrato Social**”), nos termos abaixo estabelecidos:

I. Aprovação do Protocolo de Cisão Parcial. 1.1 Os sócios aprovam, por unanimidade, o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da **Colégio Cidade de Rio Preto Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME sob nº 18.770.668/0001-83, com sede na Rua Bernardino de Campo, 4.516, São José do Rio Preto-SP (“**Colégio Rio Preto**”), seguida de incorporação do acervo cindido pela Sociedade (“**Protocolo**”), celebrado em 31/01/2021, entre a Colégio Rio Preto e a Sociedade, o qual fixa os termos da cisão parcial da Colégio Rio Preto, com versão do acervo cindido para a Sociedade, elaborado nos termos dos artigos 224 e seguintes da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), cuja cópia integra este instrumento como **Anexo II.**

Ratificação dos Contadores Avaliadores. 2.1 Os sócios ratificam, ainda, por unanimidade, a nomeação dos contadores Maria Madalena Lopes Almado, inscrita no CRC/SP sob nº 1SP106.385/0-8, portadora do RG nº 9.823.112-1-SSP/SP e do CPF/MF nº 020.387.918-05; Marcos Antonio Lopes, brasileiro, inscrito no CRC/SP sob nº 1SP148.300/0-4, portador do RG nº 17.452.588-SSP/SP e do CPF/MF nº 062.651.818-07 e Rosana Maria Borges Ferreira Pina, inscrita no CRC/SP sob nº 1SP194.010/0-4, portadora do RG nº 21.370.294-0-SSP/SP e do CPF/MF nº 141.162.638-93, designados no Protocolo para elaborar o laudo de avaliação do acervo da parcela cindida da Colégio Rio Preto (“**Acervo Cindido**”), a valor contábil, na data-base de 30/12/2020 (“**Laudo de Avaliação**”).

III. Aprovação do Laudo de Avaliação. 3.1 Os sócios aprovam, por unanimidade, o Laudo de Avaliação, conforme elaborado, para efeito de cisão do Acervo Cindido da Colégio Rio Preto, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento como **Anexo III.**

IV. Aprovação da Cisão Parcial do Colégio Rio Preto. 4.1 Os sócios aprovam, ainda, por unanimidade e sem qualquer restrição, a da cisão parcial da Colégio Rio Preto, com a consequente versão do Acervo Cindido para a Sociedade, nos termos do Protocolo ora aprovado (“**Cisão Parcial**”).

4.2 Os sócios autorizam, neste ato, a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação da Cisão Parcial ora aprovada, podendo representar a Sociedade para a formalização da operação em questão, bem como tomar todas as providências necessárias à efetivação da Cisão Parcial e assinar todos os documentos necessários à consecução das operações aqui previstas.

4.3 Considerando a aprovação da Cisão Parcial e a natureza das atividades que estão transferidas para a Sociedade, decidem os sócios (i) aumentar o capital social da Sociedade; (ii) alterar a denominação social da Sociedade; e (iii) alterar o objeto social da Sociedade, conforme deliberações abaixo.

V. Declaração de Integralização de Capital Social e Aumento de Capital Social. 5.1 Os sócios integralizam, nesta data, as 1.000 quotas já subscritas, mediante aporte de R\$1.000,00, em moeda corrente nacional, estando, portanto, o capital social da Sociedade, no valor de R\$1.000,00 totalmente subscrito e integralizado.

5.2 Em razão da Cisão Parcial, considerando a versão do Acervo Cindido para a Sociedade, avaliado em R\$10.000,00, resolvem os sócios, por unanimidade, formalizar o aumento do capital social da Sociedade dos atuais R\$1.000,00 para R\$11.000,00, um aumento, portanto, no valor de R\$10.000,00, conforme estabelecido no Protocolo, mediante a subscrição de 10.000 novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalmente integralizadas mediante a versão, ao patrimônio da Sociedade, de todo o Acervo Cindido da Colégio Rio Preto, as quais são atribuídas pelos sócios da seguinte forma: (i) 5.000 quotas à sócia Zenaide Eliza Basso da Silva; e (ii) 5.000 quotas ao sócio Tarcísio Basso Barbosa.

5.3 Em virtude da deliberação tomada acima, o Artigo 5º do Contrato Social da Sociedade, passará a vigorar com a seguinte e nova redação: “**Artigo 5º** O capital social da Sociedade é R\$11.000,00, dividido em 11.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 para cada quota, totalmente subscritos e integralizados, assim distribuída entre os sócios:

Titular	Quotas	Valor (R\$)
Tarcísio Basso Barbosa	5.500	5.500,00
Zenaide Eliza Basso da Silva	5.500	5.500,00
Total	11.000	11.000,00

§ 1º. De acordo com o Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas respectivas quotas, mas respondem solidariamente pela integralização do capital social. § 2º. As quotas do capital social da Sociedade são impenhoráveis, e não poderão ser oneradas ou dadas em garantia por dívidas contraídas pelos sócios em particular, não é permitido também o arresto ou sequestro das mesmas, para garantia na execução de dívidas pessoais.

VI. Alteração da Denominação Social. 6.1 Considerando a Cisão Parcial ora aprovada e as novas atividades que serão exercidas pela Sociedade, conforme item VII abaixo, os sócios decidem alterar a denominação social de **T&Z Start Holding Ltda.** para **Escola Start Ltda.**

6.2 Em virtude da deliberação acima, o Artigo 1º do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: “**Artigo 1º** A sociedade de responsabilidade limitada operará sob a denominação social de **Escola Start Ltda.** (“**Sociedade**”) e reger-se-á por este Contrato Social, o Código Civil Brasileiro, conforme modificado, especialmente nas disposições aplicáveis às sociedades empresárias limitadas, e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme modificada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).”

VII. Alteração do Objeto Social. 7.1. Considerando a Cisão Parcial ora aprovada, os sócios decidem, ainda, alterar o objeto social da Sociedade, de “participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista” para “Estabelecimento de Ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supletivo, Cursos Livres, Cursos Preparatórios Para Vestibular, Cursos Técnicos e de Atualização.”

7.2 Em virtude da deliberação acima, o Artigo 4º do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: “**Artigo 4º** O objeto social da Sociedade é Estabelecimento de Ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supletivo, Cursos Livres, Cursos Preparatórios Para Vestibular, Cursos Técnicos e de Atualização.”

Capítulo I – Denominação Social, Sede e Duração. Artigo 1º. A sociedade de responsabilidade limitada operará sob os negócios sob a denominação social de **Escola Start Ltda.** (“**Sociedade**”) e reger-se-á por este Contrato Social, o Código Civil Brasileiro, conforme modificado, especialmente nas disposições aplicáveis às sociedades empresárias limitadas, e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme modificada (“**Lei das Sociedades por Ações**”).

Artigo 2º. A Sociedade terá sede e jurisdição na Cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Chosso Okanobo, nº 1.001, bairro Quinta do Lago Residence, CEP 15.063-235.

§ Único. A Sociedade poderá abrir, transferir ou encerrar filiais no Brasil ou no exterior por decisão do sócio.

Artigo 3º. A Sociedade terá prazo indeterminado de duração.

Capítulo II – Objeto Social. Artigo 4º. O objeto social da Sociedade é Estabelecimento de Ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supletivo, Cursos Livres, Cursos Preparatórios Para Vestibular, Cursos Técnicos e de Atualização.

Capítulo III – Capital Social. Artigo 5º. O capital social da Sociedade é R\$11.000,00, dividido em 11.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 para cada quota, totalmente subscritos e integralizados, assim distribuída entre os sócios:

Titular	Quotas	Valor (R\$)
Tarcísio Basso Barbosa	5.500	5.500,00
Zenaide Eliza Basso da Silva	5.500	5.500,00
Total	11.000	11.000,00

§ 1º. De acordo com o Código Civil Brasileiro, a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas respectivas quotas, mas respondem solidariamente pela integralização do capital social. § 2º. As quotas do capital social da Sociedade são impenhoráveis, e não poderão ser oneradas ou dadas em garantia por dívidas contraídas pelos sócios em particular, não é permitido também o arresto ou sequestro das mesmas, para garantia na execução de dívidas pessoais.

Capítulo IV – Administração da Sociedade. Artigo 6º. A Sociedade é administrada, única e exclusivamente, pelos sócios Tarcísio e Zenaide, acima qualificados, que detêm poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passiva, judicial e extrajudicial, cabendo-lhes o uso do nome empresarial, podendo assinar pela Sociedade, isoladamente, representando-a perante todas as repartições públicas e entidades federais, estaduais e municipais, inclusive autarquias, movimentação de contas bancárias em nome da Sociedade, emissão de cheques e dos títulos cambiários e demais atos de ordinária administração, sendo vedado, no entanto, as emissões de estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações em favor de terceiros.

§ 1º. Os administradores da Sociedade têm poderes gerais para praticarem todos os atos pertinentes à gestão da empresa, nomearem e constituírem procuradores, para agir em nome da Sociedade, quer para fins comerciais, judiciais ou extrajudiciais, devendo, todavia, constar no instrumento de mandato os poderes conferidos e seu prazo de vigência.

§ 2º. Os administradores da Sociedade poderão, no curso de sua existência, investir no cargo de administrador pessoa estranha ao quadro social, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.

Capítulo V – Pro-labore e Lucros. Artigo 7º. Somente o sócio Tarcísio, acima qualificado, terá direito a uma retirada mensal a título de pro-labore de acordo com a legislação vigente e com a capacidade financeira da Sociedade. Dos lucros apurados nos balanços encerrados anualmente em 31 de dezembro, serão eles mantidos em conta especial, para serem cobertos em lucros futuros.

§ Único. A Sociedade poderá, no curso do exercício, elaborar balanços semestrais ou em períodos inferiores para determinar e alocar os resultados obtidos nestes períodos, que serão submetidos aos sócios, tudo conforme a legislação vigente.

Capítulo VI – Exercício Social. Artigo 8º. O exercício social começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano, sobre o qual a Sociedade preparará as demonstrações financeiras legalmente exigidas e resultado econômico.

Capítulo VII – Continuação da Sociedade. Artigo 9º. Dando-se o falecimento de qualquer dos sócios a Sociedade não se dissolverá, cabendo ao sócio remanescente determinar o levantamento de um balanço especial, na data do falecimento ocorrido, bem como o direito de preferência na compra das quotas de capital, com data de compra e venda. Os herdeiros do sócio falecido, em 90 dias da data do balanço especial, manifestarão seu direito às quotas e participação nos lucros, não tendo direito de participar na administração dos negócios.

Capítulo VIII – Disposições Gerais. Artigo 10. Qualquer conflito relacionado a este instrumento deverá ser resolvido pela jurisdição do foro de São José do Rio Preto/SP, excluindo qualquer outro.

Artigo 11. Os administradores declaram, sujeitos a todas as penalidades legais, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, seja por qualquer lei especial ou como resultado de qualquer sentença criminal, ou por estarem sob os efeitos de qualquer sentença penal que imponha qualquer penalidade que o impeça, ainda que temporariamente, de ocuparem qualquer cargo público.

Em Testemunho de que, os sócios assinam este instrumento, no dia e no ano indicado. São José do Rio Preto, 31/01/2021. Sócios: Tarcísio Basso Barbosa; Zenaide Eliza Basso da Silva.

Colégio Cidade de Rio Preto Ltda.
CNPJ/ME nº 18.770.668/0001-83 – NIRE 35.227.606.701

Alteração Contratual e Consolidação de Contrato Social
Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas: **Tarcísio Basso Barbosa**, portador do RG nº 18.555.222-5 SSP/SP e do CPF/ME nº 095.525.898-78 (“**Tarcísio**”), e **Zenaide Eliza Basso da Silva**, portadora do RG nº 4.556.754-2 SSP/SP e do CPF/ME nº 705.135.388-87 (“**Zenaide**”), únicos sócios da sociedade denominada **Colégio Cidade de Rio Preto Ltda.**, com sede na Rua Bernardino de Campo, 4.516, São José do Rio Preto-SP (“**Sociedade**”), têm entre si justo e contratado, nos termos do Artigo 1.072, § 3º, da Lei nº 10.406 de 10/01/2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), alterar e consolidar o contrato social da Sociedade (“**Contrato Social**”), nos termos abaixo estabelecidos:

I. Aprovação do Protocolo de Cisão Parcial. 1.1 Os sócios aprovam, por unanimidade, o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Sociedade, seguida de incorporação do acervo cindido por T&Z Start Holding Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob nº 41.097.255/0001-00, com sede na Avenida Chosso Okanobo, nº 1.001, Quinta do Lago Residence, São José do Rio Preto-SP, com seu ato constitutivo devidamente registrado na JUCESP, sob o NIRE 35.236.934.642 (“**T&Z**”), (“**Protocolo**”), celebrado em 31/01/2021, entre a Sociedade e a T&Z, o qual fixa os termos, cláusulas e condições da cisão parcial da Sociedade, com versão do acervo cindido para a T&Z, elaborado nos termos dos artigos 224 e seguintes da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor (“**Lei das S.A.**”), cuja cópia passa a integrar este instrumento como seu **Anexo I.**

II. Ratificação dos Contadores Avaliadores. 2.1 Os sócios ratificam, ainda, por unanimidade, a nomeação dos contadores Maria Madalena Lopes Almado, inscrita no CRC/SP sob nº 1SP106.385/0-8, portadora do RG nº 9.823.112-1-SSP/SP e do CPF/MF nº 020.387.918-05; Marcos Antonio Lopes, inscrito no CRC/SP sob nº 1SP148.300/0-4, portador do RG nº 17.452.588-SSP/SP e do CPF/MF nº 062.651.818-07 e Rosana Maria Borges Ferreira Pina, inscrita no CRC/SP sob nº 1SP194.010/0-4, portadora do RG nº 21.370.294-0-SSP/SP e do CPF (MF) nº 141.162.638-93, designada no Protocolo para elaborar o laudo de avaliação do acervo da parcela cindida da Sociedade (“**Acervo Cindido**”), a valor contábil, na data-base de 31/12/2020 (“**Laudo de Avaliação**”).

III. Aprovação do Laudo de Avaliação. 3.1 Os sócios aprovam, por unanimidade e sem qualquer restrição, o Laudo de Avaliação, conforme elaborado, para efeito de cisão do Acervo Cindido da Sociedade, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento como **Anexo II.**

IV. Aprovação da Cisão Parcial da Sociedade. 4.1 Os sócios aprovam, ainda, por unanimidade e sem qualquer restrição, a da cisão parcial da Sociedade, com a consequente versão do Acervo Cindido para a T&Z, nos termos do Protocolo ora aprovado (“**Cisão Parcial**”).

4.2 Os sócios autorizam, neste ato, a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários à implementação da Cisão Parcial ora aprovada, podendo representar a Sociedade para a formalização da operação em questão, bem como tomar todas as providências necessárias à efetivação da Cisão Parcial e assinar todos os documentos necessários à consecução das operações aqui previstas.

V. Ajustes no Capital Social. 5.1 Em razão da Cisão Parcial, considerando a versão do Acervo Cindido para a T&Z, avaliado em R\$10.000,00, resolvem os sócios, por unanimidade, formalizar a correspondente alteração no capital social da Sociedade, no montante correspondente ao valor do Acervo Cindido, mediante o cancelamento de 10.000 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, sendo (i) 5.000 de titularidade do Tarcísio e (ii) 5.000 de titularidade da Zenaide.

5.1.1 O capital social da Sociedade passa, desta forma, dos atuais R\$100.000,00 para R\$90.000,00.

5.2 Em virtude das deliberações acima, decidem os sócios alterar a Cláusula V do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: “**V – Do Capital Social:** O capital social da empresa é de R\$90.000,00, dividido em 90.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, o qual está totalmente integralizado em moeda corrente do país:

Titular	Quotas	Valor (R\$)
Tarcísio Basso Barbosa	45.000	45.000,00
Zenaide Eliza Basso da Silva	45.000	45.000,00
Total	90.000	90.000,00

VI. Encerramento de filial. 6.1 Resolvem os sócios encerrar a filial da Sociedade “Dois – Escola Start”, domiciliada na cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, na Av. Chosso Okanobo, nº 1.001, bairro Quinta do Lago Residence, CEP 15.063-235, exercendo o ramo de atividade de Estabelecimento de Ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supletivo, Cursos Livres, Cursos Preparatórios Para Vestibular, Cursos Técnicos e de Atualização, uma vez que as atividades exercidas por tal filial foram transferidas para a T&Z em virtude da Cisão Parcial.

6.2 Em razão da deliberação acima, passa o § 1º. Cláusula II do Contrato Social a vigorar com a seguinte nova redação: “**§ 1º.** A empresa possui uma filial, domiciliada na cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, na Rua Bernardino de Campo, nº 4.708, Vila Redentora, CEP 15.015-300, exercendo o mesmo ramo de atividade da Matriz, ou seja, Estabelecimento de Ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supletivo, Cursos Livres, Cursos Preparatórios Para Vestibular, Cursos Técnicos e de Atualização.”

VII. Consolidação do Contrato Social. 7.1 Por fim, considerando as alterações acima, decidem os sócios consolidar o Contrato Social da Sociedade, conforme disposto a seguir: “**Consolidação do Contrato Social da Colégio Cidade de Rio Preto Ltda. I – Da Denominação Empresarial e do seu Objeto:** A empresa gira sob o nome empresarial de **Colégio Cidade de Rio Preto Ltda.**, e terá como o seu objeto social o de Estabelecimento de Ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supletivo, Cursos Livres, Cursos Preparatórios Para Vestibular, Cursos Técnicos e de Atualização.

II – Da Sede Social: A empresa tem a sua sede e domicílio na cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, na Rua Bernardino de Campo, nº 4.516, Vila Redentora, CEP 15.015-300, podendo, entretanto, abrir filiais em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual; § 1º. A empresa possui uma filial, domiciliada na cidade de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, na Rua Bernardino de Campo, nº 4.708, Vila Redentora, CEP 15.015-300, exercendo o mesmo ramo de atividade da Matriz, ou seja, Estabelecimento de Ensino na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supletivo, Cursos Livres, Cursos Preparatórios Para Vestibular, Cursos Técnicos e de Atualização.

III – Do Início das Atividades: A empresa teve início de suas atividades econômicas em 20/08/2013 e a Filial em 28/05/2015.

IV – Do Prazo de Duração: O prazo de duração da empresa é por tempo indeterminado e é garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário, ou permanente do titular, podendo a empresa ter os seus atos constitutivos alterados para poder atender a nova situação.

V – Do Capital Social: O capital social da empresa é de R\$90.000,00, dividido em 90.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, o qual está totalmente integralizado em moeda corrente do país:

Titular	Quotas	Valor (R\$)
Tarcísio Basso Barbosa	45.000	45.000,00
Zenaide Eliza Basso da Silva	45.000	45.000,00
Total	90.000	90.000,00

§ 1º. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas responde solidariamente pela integralização do capital social. § 2º. As quotas do capital social da empresa são impenhoráveis, e não poderão ser oneradas ou dadas em garantia por dívidas contraídas pelos sócios em particular, não é permitido também o arresto ou sequestro das mesmas, para garantia na execução de dívidas pessoais.

VI – Da Administração. A administração da empresa será única e exclusivamente exercida pelo sócio **Tarcísio Basso Barbosa** e pela sócia **Zenaide Eliza Basso da Silva**, que detêm poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passiva, judicial e extrajudicial, cabendo-lhe o uso do nome empresarial, devendo assinar pela mesma, isoladamente, representando a empresa perante todas as repartições públicas e entidades Federais, Estaduais e Municipais, inclusive autarquias, movimentação de contas bancárias em nome da empresa, emissão de cheques e dos títulos cambiários e demais atos de ordinária administração, ficando vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor dele próprio ou de terceiros.

§ 1º. Os administradores da empresa têm poderes gerais para praticarem todos os atos pertinentes à gestão da empresa, nomearem e constituírem procuradores, para agir em nome da empresa, quer para fins comerciais, judiciais ou extrajudiciais, devendo, todavia, constar de instrumento de mandato, os poderes conferidos e seu prazo de vigência.

§ 2º. Os administradores da empresa poderão no curso de sua existência, investir no cargo de administrador, pessoa estranha ao quadro social, em conformidade com a Lei 10.406/02.

VII – Da Retirada Pró-Labore e da Distribuição de Lucros: Somente o sócio **Tarcísio Basso Barbosa** terá direito a uma retirada mensal a título de pro-labore de acordo com a legislação vigente e com a capacidade financeira da empresa; Dos lucros apurados nos balanços encerrados anualmente em 31 de dezembro, terão o destino que melhor lhe convier aos titulares e no caso de verificarem prejuízos, serão eles mantidos em conta especial, para serem cobertos em lucros futuros.

§ Único. A empresa poderá, no curso do exercício, distribuir lucros do mesmo período, mediante levantamento de balanços intermediários para esse fim, tudo em conformidade com a legislação vigente.

VIII – Do Exercício Social. Ao término de cada exercício social, será encerrado em data de 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

IX – Do Falecimento. Dando-se o falecimento de qualquer dos sócios a sociedade não se dissolverá, cabendo ao sócio remanescente determinar o levantamento de um Balanço Especial na data do falecimento ocorrido, bem como o direito de preferência na compra das quotas de capital, com também direito a forma de compra e venda. Os herdeiros do sócio falecido, em 90 dias da data do Balanço Especial, manifestarão seu direito às cotas e participação nos lucros, não tendo direito de participar na administração dos negócios.

X – Das Declarações e Do Desimpedimento. Os Administradores **Tarcísio Basso Barbosa** e **Zenaide Eliza Basso da Silva** declaram sob as penas da Lei de que não estão impedidos de exercerem a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso, a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

XI – Do Foro. Fica eleito o foro da cidade de São José do Rio Preto/SP para resolver quaisquer litígios.

Em Testemunho de que, os sócios assinam este instrumento, no dia e no ano indicado. São José do Rio Preto, 31/01/2021. Sócios: Tarcísio Basso Barbosa; Zenaide Eliza Basso da Silva.

comercial@datamercantil.com.br

Uni.Co S.A.
CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em reais)

Ativo	Balanços Patrimoniais		Passivo	Demonstrações de Resultados	
	Consolidado			Consolidado	
	2020	2019		2020	2019
Circulante	156.845	202.211	Circulante	71.318	120.411
Não Circulante	145.433	143.011	Não Circulante	152.469	135.970
Realizável a longo prazo	75.337	63.928			
Imobilizado	6.378	8.524	Patrimônio Líquido	78.491	88.841
Intangível	63.718	70.559			
Total do ativo	302.278	345.222	Total do passivo e do patrimônio líquido	302.278	345.222
Wellington Einstein Dalvi dos Santos – Diretor Presidente		Adilson José Perardt – Contador – CRC PR 045.082/O-T-SC			
As demonstrações financeiras, que compreendem Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020, bem como demonstrações de resultados entre outras, foram auditadas pela KPMG Auditores independentes.					

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Publicidade Legal

Clínicas do Brasil Holding S.A.

CNPJ nº 23.670.693/0001-25 - NIRE 35.300.484.592

Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Reunião Digital

Acesso pelo link: <https://zoom.us/j/96310459741?pwd=YjBvUHVVeEeXZwd2J4ZUJ3cUeGd2UT09>
ID da Reunião nº ID da reunião: 963 1045 9741

Ficam convocados os acionistas da Clínicas do Brasil Holding S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada no dia 07 de maio de 2021, às 09h30, em 1ª (primeira) convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: (A) Em Assembleia Geral Ordinária: (1) as contas da administração, o relatório anual da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (2) a proposta da administração da Companhia de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e (3) a eleição ou reeleição, conforme aplicável, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (4) a apreciação da proposta da administração quanto ao exercício parcial dos bônus de subscrição nº 02, 03 e 04 e para aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, pelo Conselho de Administração; (5) a revalidação da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de agosto de 2019, às 9h00, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 357.577/20-6, em 04.09.2020 ("AGE 26.08.2019"), de modo a constar que as deliberações em tal assembleia foram aprovadas por maioria de votos; (6) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de elevar e cumprir as deliberações tomadas nesta Assembleia; e (7) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos (Jurídico) - patricia.passos@cpq.com.br com no mínimo 72h (setenta e duas horas) de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na IN DREI nº 81/2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos antes do horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 27 de abril de 2021. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira** - Presidente do Conselho de Administração

REC Ribeirão Preto S.A.

CNPJ/ME nº 12.403.928/0001-04 - NIRE 35.300.382.820

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/04/2021

1. Data, Hora e Local: Em 28/04/2021, às 11:00 horas, na sede da REC Ribeirão Preto S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz - Birman 31, Itaim Bibi. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404 de 15/12/1976 ("Lei 6.404/76"), face à presença de acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **3. Mesa:** (i) **Presidente:** Dani Aljbeszyc; e (ii) **Secretário:** Rômulo Otoni Andrade. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre a proposta de redução do capital social da Companhia, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do caput do artigo 173 da Lei 404/76. **5. Deliberações:** Composta assim a mesa, aberta a sessão e legalmente declarada instalada a assembleia, os presentes iniciaram a deliberação da matéria indicada na ordem do dia, tendo sido aprovado, por unanimidade dos presentes sem ressalvas, o quanto segue: A proposta de redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo, nos termos do Artigo 173 da Lei 6.404/76, mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia, no montante de até R\$ 38.436.975,54, com o consequente cancelamento de até 38.436.975 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, já integralizadas. A redução de capital social tornar-se-á eficaz após (i) o decurso do prazo de 60 dias contados da data da publicação da presente ata, durante o qual eventuais credores quirografários com título constituído até antes da publicação da presente ata poderão opor-se à redução de capital, na forma do § 1º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76 ("Oposição de Credores"); e (ii) (i) realização de uma ou mais Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, por meio da(s) qual(is) será determinado o montante em reais do capital social a ser efetivamente reduzido, bem como as quantidades de ações a serem canceladas, sendo certo que as reduções de capital e cancelamento de ações não poderão ultrapassar, em conjunto, respectivamente os valores de R\$ 38.436.975,54 e 38.436.975 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ora submetidos à Oposição de Credores. A redução ora aprovada deverá ser realizada em até 3 dias úteis contados do 61º dia após a publicação da presente ata. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo, 28/04/2021. **Mesa:** Dani Aljbeszyc - Presidente; Rômulo Otoni Andrade - Secretário. **Acionistas:** GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia (p. Dani Aljbeszyc; Rômulo Otoni Andrade). Sul Real I Participações Ltda. (p. Dani Aljbeszyc; Rômulo Otoni Andrade).

Novità Securitizadora S.A.

CNPJ em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima e Estatuto Social
Data, hora e local: 23/12/2020, às 10:00 horas, na sede social, na Rua Dr. Virgílio Malta, nº 17-76, Bauru-SP. **Presenças:** 100% do capital social volante. **Mesa:** Presidente: Sr. **Aparecido Pieri Junior**, Secretária: Sra. **Nathália Sorroche Berto Franchim**. **Publicações:** Os acionistas foram convocados por Carta Convite, estando dispensados da convocação por edital, sendo recolhida assinatura de todos no livro de presença. **Deliberações da Ordem do dia, aprovadas por unanimidade:** 1) Leitura e aprovação da Minuta do Estatuto Social. Submetida à discussão e votação, foi aprovada pelos presentes. 2) Boletins de subscrição das Ações: Aprovada a subscrição do capital social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição: Nome: a) **Ademir Lopes Correia**, RG nº 8.456.776-4-SSP-SP e CPF nº 052.314.078-95; b) **Divaldo Disposto**, RG nº 10.400.465-SSP-SP e CPF nº 023.594.558-77; c) **Ricardo Vitorio**, RG nº 33.328.001-5-SSP/SP e CPF nº 311.625.738-80; d) **Pedro Amaury Rodrigues da Silva**, RG nº 12.630.044-6-SSP-SP e CPF nº 827.324.008-82; e) **Aparecido Pieri Junior**, RG nº 33.615.445-8-IIRGD-SP e CPF nº 301.404.698-18; f) **Nathália Sorroche Berto Franchim**, RG nº 40.979.232-9-SSP/SP e CPF nº 320.815.038-59. 3) Ações subscritas: 40.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Percentual de integralização das Ações: 100%; distribuição por subscritor: **Nathália Sorroche Berto Franchim**: 31,58%; **Aparecido Pieri Junior**: 21,05%; **Pedro Amaury Rodrigues da Silva**: 15,78%; **Ademir Lopes Correia**: 10,53%. **Divaldo Disposto**: 10,53%. **Ricardo Vitorio**: 10,53%. 4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global: Aprovada a eleição dos Srs. **Aparecido Pieri Junior**, já qualificado, como Diretor Presidente e **Nathália Sorroche Berto Franchim**, já qualificada, como Diretora de Relações com Investidores, todos com mandato de até 03 anos, facultado a reeleição. 4 (I) 2) Aprovada a remuneração global anual mínima de R\$ 24.000,00 para os membros da Diretoria; 4 (I) 2) Os membros ora eleitos aceitam os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, mesmo temporariamente, o acesso a cargos públicos; e tomaram posse em seus respectivos cargos, mediante assinatura no Termo de Posse, lavrado em livro próprio. 5) Definição dos periódicos nos quais serão efetuadas as publicações legais. As publicações dos atos da Companhia serão realizadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e em periódico de grande circulação em Bauru. 6) Aprovação do endereço da sede social, na Rua Dr. Virgílio Malta, nº 17-76, Bauru-SP. 7) Descrição da integralização do capital social: Foi declarado que o capital social é de R\$ 40.000,00, integralmente subscrito. O valor de R\$ 4.000,00 foi integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, o valor remanescente a ser integralizado em 12 meses em moeda corrente nacional. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foi lavrada esta ata, a qual vai ao final assinada por mim, **Nathália Sorroche Berto Franchim**, secretária e **Aparecido Pieri Junior**, presidente. JUCESP - Registrado sob o NIRE 3530056670-0 em 15/04/2021. **Gisela Simiema Ceschin** - Secretária Geral.

REC 844 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 06.349.242/0001-71 - NIRE 35.300.320.026

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2021

1. Data, Hora e Local: Em 28/04/2021, às 10:10 horas, na sede da REC 844 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz - Birman 31, Itaim Bibi. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404 de 15/12/1976 ("Lei 6.404/76"), face à presença de acionistas representando 100% do capital social da Companhia. **3. Mesa:** (i) **Presidente:** Dani Aljbeszyc; e (ii) **Secretário:** Rômulo Otoni Andrade. **4. Ordem do dia:** deliberar sobre a proposta de redução do capital social da Companhia, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do caput do artigo 173 da Lei 404/76. **5. Deliberações:** Composta assim a mesa, aberta a sessão e legalmente declarada instalada a assembleia, os presentes iniciaram a deliberação da matéria indicada na ordem do dia, tendo sido aprovado, por unanimidade dos presentes sem ressalvas, o quanto segue: A proposta de redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo, nos termos do Artigo 173 da Lei 6.404/76, mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia, no montante de até R\$ 12.828.437,60, com o consequente cancelamento de até 964.297 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, já integralizadas. A redução de capital social tornar-se-á eficaz após (i) após o decurso do prazo de 60 dias contados da data da publicação da presente ata, durante o qual eventuais credores quirografários com título constituído até antes da publicação da presente ata poderão opor-se à redução de capital, na forma do § 1º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76 ("Oposição de Credores"); e (ii) realização de uma ou mais Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, por meio da(s) qual(is) será determinado o montante em reais do capital social a ser efetivamente reduzido, bem como as quantidades de ações a serem canceladas, sendo certo que as reduções de capital e cancelamento de ações não poderão ultrapassar, em conjunto, respectivamente os valores de R\$ 12.828.437,60 e 964.297 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ora submetidos à Oposição de Credores. A redução ora aprovada deverá ser realizada em até 3 dias úteis contados do 61º dia após a publicação da presente ata. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo, 28/04/2021. **Mesa:** Dani Aljbeszyc - Presidente; Rômulo Otoni Andrade - Secretário. **Acionistas:** LPP III Empreendimentos e Participações S.A. (p. Dani Aljbeszyc; Rômulo Otoni Andrade). GLP A Participações Ltda. (p. Dani Aljbeszyc; Rômulo Otoni Andrade).

www.datamercantil.com.br

Geofusion Sistemas e Serviços de Informática S/A

CNPJ nº 10.502.273/0001-98

Demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)		Balancos patrimoniais - Passivo e PL		Demonstrações do Resultado	
2020	2019	2020	2019	2020	2019
Balancos patrimoniais - Ativo		Balancos patrimoniais - Passivo e PL		Demonstrações do Resultado	
Circulante	12.806	Circulante	2.591	Receita líquida	21.381
Caixa e equivalentes de caixa	6.846	Fornecedores	441	Custo dos serviços prestados	(5.445)
Contas a receber	4.374	Obrigações trabalhistas	1.636	Lucro bruto	15.936
Impostos a recuperar	809	Obrigações tributárias	441	Despesas administrativas	(14.905)
Adiantamentos diversos	60	Obrigações diversas	73	Despesas com vendas	(558)
Despesas antecipadas	716	Patrimônio líquido	11.520	Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(153)
Não circulante	1.305	Capital social	17.250	Outras receitas operacionais	26
Realizável a longo prazo		Reserva de capital	2.646	Resultado antes das receitas (despesas)	
Imobilizado	1.297	Ações em tesouraria	(2.027)	financeiras líquidas e impostos	(15.591)
Intangível	8	Prejuízos acumulados	(6.349)	Despesas financeiras	(395)
Total do ativo	14.111	Total do passivo e do patrimônio líquido	14.111	Receitas financeiras	342
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Provisão IRPJ e CSLL	314	Receitas (despesas) financeiras líquidas	(53)
Capital		Fluxo de caixa das atividades operacionais		Resultado antes dos tributos sobre Lucro	292
Ações Reser-		Varição nas contas patrimoniais		Provisão IPRJ/CSLL	(314)
em Te-		Contas a receber	807	Prejuízo líquido do exercício	(22)
ca de		Impostos a Recuperar	(109)	Prejuízo por ação	0,03
Capital		Outras contas a receber	(203)	Demonstrações do Resultado Abrangente	
souraria		Fornecedores	71	2020	2019
Capital		Obrigações trabalhistas	(308)	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(22)
Acum.		Obrigações tributárias	(794)	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(22)
Total		Obrigações diversas	26	Outros resultados abrangentes	
10.695		Outras contas a pagar	61	Item que não poderá ser revertido	
Saldos em 31/12/2018	17.250	Patrimônio líquido	11.520	ao resultado do exercício	
Lucro (Prejuízo) líquido		Capital social	17.250	Ajuste de avaliação patrimonial	
do exercício		Reserva de capital	2.646	Resultado abrangente total do exercício	(22)
Ações em Tesouraria		Ações em tesouraria	(2.027)		
110		Prejuízos acumulados	(6.349)		
Redução a Reserva		Total do passivo e do patrimônio líquido	14.111		
de Capital					
17.250					
Saldos em 31/12/2019	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					
do exercício					
17.250					
Ações em Tesouraria					
3					
Saldos em 31/12/2020	17.250				
Lucro (Prejuízo) líquido					

Publicidade Legal



Bresco Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 13.944.481/0001-35
Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Bresco Investimentos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apuradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As notas explicativas na íntegra e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se na sede da Companhia à disposição.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019				
(Valores expressos em milhares de Reais)				(Em milhares de Reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
	2020	2019	2020	2019				
Circulante	6.473	8.442	113.577	106.338	299.694	1.433	24.480	325.607
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.193	5.871	45.546	93.559	118.000	-	-	118.000
Contas a receber	-	-	1.864	4.270	-	-	-	7.997
Impostos a recuperar	234	1.009	234	1.059	-	-	-	(1.899)
Créditos diversos	3.046	1.562	65.933	7.450	-	-	-	(6.098)
Não circulante	127.540	462.562	59.858	545.858	417.694	1.833	30.178	449.705
Depósitos judiciais	896	896	896	978	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	757	109.484	-	-	-	-	-	5.698
Propriedades para investimento	-	-	58.834	543.970	-	-	-	1.899
Investimentos	125.759	351.975	-	-	-	-	-	69.655
Imobilizado	94	153	94	842	-	-	-	(16.543)
Intangível	34	54	34	68	-	-	-	(53.112)
Total do ativo	134.013	471.004	173.435	652.196	62.500	3.483	17.129	117.031
Passivo e patrimônio líquido	16.982	21.299	40.841	55.607	62.500	3.483	17.129	117.031
Forneceadores	278	90	4.486	6.430	-	-	-	-
Obrigações tributárias	11	21	15.469	1.017	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.193	26.670	-	-	-	-
Imóveis a pagar	150	19.289	150	19.591	-	-	-	-
Dividendos a pagar	16.543	1.899	16.543	1.899	-	-	-	-
Não circulante	-	-	15.563	146.884	69.655	7.997	69.655	7.997
Empréstimos e financiamentos	-	-	15.563	137.122	-	-	-	-
Provisões para imposto diferido	-	-	-	9.762	-	-	-	-
Patrimônio líquido	117.031	449.705	117.031	449.705	69.655	7.997	69.655	7.997
Capital social	62.508	417.694	62.508	417.694	-	-	-	-
Reserva Legal	5.316	1.833	5.316	1.833	-	-	-	-
Reserva de Lucros	49.207	30.178	49.207	30.178	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	134.013	471.004	173.435	652.196	69.655	7.997	69.655	7.997

Ibovespa fecha em alta e supera 121 mil pontos



O principal índice da Bovespa subiu nesta quarta-feira, após o Federal Reserve ter mantido o juro dos Estados Unidos no piso histórico e com divulgação de resultados corporativos domésticos majoritariamente positivos.

Apoiado em ganhos robustos de ações de bancos após o balanço trimestral do Santander Brasil, o Ibovespa avançou 1,39%, aos 12.052,52 pontos. O giro financeiro da sessão somou 31,1 bilhões de reais.

IstoéDinheiro

Brasfrotas Locação de Veículo S/A

CNPJ/MF nº 09.532.523/0001-53

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Relatório da Diretoria: Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, vem a Administração da Companhia apresentar seus comentários às demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31/12/2020.

Balancos Patrimoniais		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Reservas de Lucros				
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
	2020	2019	2020	2019				
Ativos circulares	6.918	5.442	38.562	35.522	7.384	(710)	634	7.113
Caixa e equivalentes de caixa	3.947	2.884	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	2.607	2.075	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulares	364	483	-	-	-	-	-	-
Ativos não circulares	39.583	38.562	38.562	35.522	38.562	355	439	12.168
Realizável a Longo Prazo	529	41	-	-	-	-	-	-
Imobilizado líquido	39.054	38.521	-	-	-	-	-	-
Total dos ativos	46.501	44.005	77.124	71.044	77.124	355	439	12.168
Passivos e patrimônio líquido	16.541	19.663	16.541	19.663	16.541	19.663	16.541	19.663
Forneceadores	415	553	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos CP	15.236	18.023	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	183	147	-	-	-	-	-	-
Impostos a recolher	61	30	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulares	195	909	-	-	-	-	-	-
Passivos não circulares	15.362	12.174	15.362	12.174	15.362	12.174	15.362	12.174
Empréstimos, financiamentos LP	9.670	7.434	-	-	-	-	-	-
Partes Relacionadas	2.401	4.740	-	-	-	-	-	-
Contingência Passiva	671	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Impostos Diferidos	2.620	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	14.599	12.168	14.599	12.168	14.599	12.168	14.599	12.168
Capital social	7.384	7.029	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	5.139	439	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	2.076	4.700	-	-	-	-	-	-
Total dos passivos e do patrimônio líquido	46.501	44.005	77.124	71.044	77.124	355	439	12.168

Demonstração do Resultado

2020		2019	
Receitas Líquidas:			
Receita com Prestação de Serviços	29.438	24.644	
(-) Deduções da Receita	(1.718)	(1.594)	
Receitas Líquidas Totais	27.720	23.050	
Custo de serviços prestados	(16.419)	(12.338)	
Custo com Baixa de Imobilizado	-	-	
Custos Totais	(16.419)	(12.338)	
Lucro Bruto	11.302	10.712	
Despesas (Receitas) Operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	(1.510)	(1.200)	
Despesas com pessoal	(1.331)	(1.073)	
Despesas Operacionais Totais	(2.841)	(2.272)	
Resultado Antes das Despesas Financeiras	8.461	8.440	
Despesas Financeiras	(2.893)	(3.871)	
Receitas Financeiras	367	315	
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	5.935	4.884	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.860)	(184)	
Resultado Líquido do Exercício	2.076	4.700	
Lucro/Prejuízo Por Ação	3	7	
Número de Ações	714.843	714.843	

Notas Explicativas

1. Contexto operacional – A Brasfrotas Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”) atua no segmento de locação de veículos, com foco em terceirização e gestão de frotas com atendimento 100% personalizado. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo-SP e mais duas filiais, uma na cidade de Curitiba-PR e outra em Fortaleza-CE. Em março de 2020 foi declarada a pandemia pelo novo Coronavírus, paralisando o afretamento de forma crítica diversos setores da economia. A atividade de locação de veículos é considerada essencial, por isso em nenhum momento deixamos de atender nossos clientes, e em 2020 crescemos 9,87% o faturamento em relação ao ano anterior. Nossas escrituração contábil é Auditada pela BDO RCS Auditores Independentes, garantindo maior segurança aos acionistas e usuários das informações contábeis da companhia. 2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis estão em conformidade com a ITG 1000, aprovada pela Resolução CFC 1418/12 NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBC/CTG 1000 (R1), 3. Principais práticas contábeis adotadas – 3.1. Aplicações Financeiras: Estão registradas ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço. 3.2. Direitos e obrigações: Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. Se o prazo de recebimento ou pagamento é equivalente há um ano ou menos são apresentados no circulante, caso contrário, são apresentados no não circulante. 3.3. Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica do imobilizado, calculada sobre o valor residual dos bens. 3.4. Impostos Federais: A empresa está no regime do Lucro Real Anual e realiza a provisão do imposto corrente e do imposto diferido, que é calculado pela apuração das diferenças temporárias entre o Lucro Societário e Real. 3.5. Empréstimos e Financiamentos: A empresa conta com um passivo, relacionado a empréstimos e financiamentos, no valor de R\$ 24.906 mil junto às instituições financeiras e mútuas. 3.6. Partes Relacionadas: Se referem a contratos de mútuos, remunerados a taxa de 130% do CDI. 3.7. Responsabilidades e Contingências: Existe uma contingência passiva constituída no valor de 671 mil, que visa resguardar a companhia de possíveis sinistros a incorrer na frota de veículos. 3.8. A política da Companhia é de manter cobertura de seguros para cobrir sinistros veiculares de terceiros. Possuindo apólice com cobertura de Responsabilidade Civil por Danos Corporais e Responsabilidade Civil por Danos Materiais. 3.9. Patrimônio Líquido: O capital social é de R\$ 7.384 mil dividido em 714.843 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As reservas de Lucros estão constituídas conforme Quadro abaixo:

Reserva legal	Reserva Para Contingências	Reserva Dividendos Não Distribuídos	Reserva de Lucros a Realizar	Total Reservas de Lucro
339	2.062	1.694	3.120	7.215

3.10. Eventos Subsequentes: a Administração da Brasfrotas informa que não identificou eventos que afetem diretamente a companhia até a emissão desse relatório.

Guilherme Pessanha de Paula – Diretor Presidente
Matheus de Souza Coridola – Contador CRC MG 091.575/O-7

Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.
CNPJ/MF nº 10.635.691/0001-53 – NIRE 35.300.352.432

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Debenturistas

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures (“Debenturistas”) emitidas no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Estorcos Restritos de Distribuição, da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Debentures”) e “Companhia”, respectivamente, celebrado em 29/01/2020 e posteriormente aditado (“Escritura de Emissão”), entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunidade dos Debenturistas (“Agente Fiduciário”), convocados para reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), a ser realizada em primeira convocação, no dia 17/05/2021, às 10h00 (“Assamblea Geral de Debenturistas” ou “AGD”), de forma exclusivamente digital e eletrônica, através de plataforma Google Meet, nos termos da Instrução CVM nº 625 (“ICVM 625”), de 14/05/2020, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) aprovar a concessão de prazo adicional de 45 dias, contados da aprovação deste item, para a celebração do aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 12/02/2020 (“Contrato de Cessão Fiduciária”), com vistas a atualizar as apólices atualmente vigentes e atender o que preceitua a cláusula 6.1.1, alínea “(r)” e “(s)” do instrumento supracitado, considerando que o prazo originalmente previsto na alínea “(r)” da cláusula supracitada não será observado; (II) aprovar a alteração do mecanismo de renovação das apólices, conforme cláusula 6.1.1 alínea “s” do Contrato de Cessão Fiduciária, com a consequente alteração da referida cláusula para que, nos casos de renovação de apólice vinculada à Emissão, não seja necessária a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária (gerando numerosos aditivos ao referido instrumento, para essa finalidade) com vistas a atualizar o Anexo I, sendo que, nesse caso, deverá haver o endosso nas apólices ao Agente Fiduciário, bem como haver a inclusão da menção de que a seguradora, quando e se houver alguma indenização à Companhia, deverá consultar previamente o Agente Fiduciário solicitando a autorização para o crédito na conta da Companhia, permanecendo vigente a obrigação de enviar a notificação referida nas cláusulas 2.2, 2.2.1 e 6.1 alínea “r” do Contrato de Cessão Fiduciária. A nova redação da cláusula 6.1 alínea “s” do Contrato de Cessão Fiduciária passará a vigorar com a seguinte redação: 6.1 (...) (s) em qualquer das hipóteses previstas no item (r) acima, a Cedente deverá encaminhar ao Agente Fiduciário (i) a relação atualizada do Anexo I contendo as novas informações; e (ii) em até 45 dias contados da celebração de nova apólice, a comprovação do endosso para inclusão do Agente Fiduciário como beneficiário, conforme redação a seguir (ou outra redação que venha a ser aprovada previamente pelos Debenturistas, em sede de Assembleia): 1. Cláusula de Beneficiário Indicado. Fica entendido e acordado que passa a fazer parte da presente apólice como beneficiário indicado (i) a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, conjunto 101, Jardim Paulistano, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0003-08 (“Agente Fiduciário”). 2. Indenizações. Fica entendido e acordado que quaisquer indenizações devidas por sinistros ocorridos envolvendo locais e bens segurados sob a presente apólice que constituem garantia ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Estorcos Restritos de Distribuição, da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A., celebrado em 29/01/2020, conforme aditado, com o Agente Fiduciário, serão pagas na conta bancária da Viarondon Concessionária de Rodovia S.A. aberta junto ao Banco Santander Brasil S.A. conforme indicação abaixo.

Empresa	CNPJ	Banco/Agência	Conta
Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.	10.635.691/0001-53	Santander / Ag. 2271	13056741-1

(III) autorizar a Companhia para, em conjunto com o Agente Fiduciário, celebrar todos e quaisquer documentos e tomar todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações tomadas na AGD. **Informações Adicionais:** Em atendimento à ICVM 625, apresentamos abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: 1 – Acesso e utilização do Sistema Eletrônico: A AGD será realizada por meio da plataforma digital que possibilita a participação remota dos Debenturistas, que serão considerados presentes e assinantes da ata da AGD. O conteúdo da AGD será integralmente gravado pela Companhia. Para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia, para o e-mail ri@viarondon.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotruster.com.br, preferencialmente em até 2 dias antes da AGD, podendo ser encaminhado até o horário de início da AGD, cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do debenturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e (d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso. A Companhia enviará um e-mail ao respectivo debenturista contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. A Companhia não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. 2 – Instrução de Voto a Distância: O debenturista poderá exercer seu direito de voto por meio do preenchimento e envio de instrução de voto a distância, disponível na página da rede mundial de computadores da Companhia (<http://www.viarondon.com.br/Informacao-investidores>) (“Instrução de Voto a Distância”). Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As Instruções de Voto a Distância deverão ser rubricadas e assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, e deverão ser enviadas preferencialmente com até 2 dias de antecedência da data de realização da AGD, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados no item 1 acima, aos cuidados da Companhia, para o e-mail ri@viarondon.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotruster.com.br. Caso o debenturista participe da AGD por meio da plataforma digital, de acordo com o item 1 acima, depois de ter enviado Instrução de Voto a Distância, poderá exercer seu voto diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto a Distância desconsiderada. A Companhia e o Agente fiduciário permanecerão à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia Geral de Debenturistas. Lins, 29/04/2021. **Viarondon Concessionária de Rodovia S.A.**

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Apetece Sistemas de Alimentação S/A

CNPJ/MF nº 60.166.832/0001-04

Senhores Acionistas:

Em 2020, enfrentamos a Pandemia de COVID-19 e vivemos uma outra realidade. Tivemos de nos adaptar para as novas demandas que a crise sanitária mundial nos impôs. Mas também pudemos conquistar importantes metas do nosso planejamento estratégico com ações que reforçam os nossos compromissos com a excelência, o encanto e a sustentabilidade. Apesar do difícil contexto, conquistamos 11 novos contratos, o que equivale a mais de 10 milhões de refeições por ano. Tanto nos novos contratos como nos antigos, adaptamos o layout para aumentar o distanciamento em nossos restaurantes. Reformamos e adaptamos mais de 3.000 m² com novos mobiliários de proteção, a fim de deixar nossos ambientes mais seguros para nossa equipe e comensais. Resultado da nossa busca incessante pelo crescimento sustentável, otimizamos toda a nossa cadeia de suprimentos com um fluxo de produção para a Autogestão de Hortifrutigranjeiros, Congelados, Resfriados

e CD de Estocáveis, instalados em 2.700 m² em localização estratégica. Com isso, obtivemos benefícios que vão desde a redução de custos de aquisição, padronização de produtos, o aumento da qualidade e do ciclo de vida dos produtos, até a consequente diminuição do desperdício. Em 2020, implantamos o software de Gestão Empresarial ERP-SAP, que permite a execução dos processos empresariais de forma integrada e segura, possibilitando mais agilidade e eficiência. E também, o APData, dando mobilidade e acesso a cada um dos nossos profissionais. E criamos em tempo recorde a **Academia Apetece**, unindo o conhecimento e o aprimoramento técnico contínuo à necessidade de ajustar o trabalho de parte dos nossos profissionais à MP 936/2020. A Academia Apetece conta com uma cozinha de treinamento e um auditório, localizados na Vila Mariana, em São Paulo. Além disso, oferece um sistema de ensino a distância, com uma plataforma

online que já soma mais de 300 horas de conteúdos sobre temas como bem-estar, técnicas de culinária, desenvolvimento humano, além das boas práticas de fabricação. Em 2021, continuamos enfrentando os desafios impostos pela pandemia de COVID-19, especialmente no setor de alimentação, com aumento expressivo de preços dos insumos. Mas também sabemos que, agora, com todas as ações executadas em 2020, e as lições aprendidas, estamos mais preparados e estruturados para buscar soluções e fazer as mudanças necessárias. Assim, nosso objetivo é aumentar a liquidez no nosso negócio, com foco na sustentabilidade, que é um dos nossos pilares, sem esquecer de atuar diariamente juntos aos nossos clientes e profissionais com o encanto e a excelência que fazem a nossa história na alimentação coletiva no País. São Caetano do Sul, 31 de março de 2020.

A Administração

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em R\$)		Passivo Circulante		Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)		
2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Ativo Circulante	82.036.612	89.938.854	18.520.598	22.727.187	127.891.715	226.055.435
Disponível	3.268.811	15.324.579	Forneceedores	9.153.994	127.891.715	226.055.435
Caixa e bancos	3.268.811	15.324.579	Obrigações com pessoal	6.824.136	Deduções da receita bruta	(15.643.493)
Créditos	78.767.801	74.614.275	Obrigações tributárias	2.500.138	Cancelamentos e devoluções	(10.108)
Clientes	49.270.572	60.819.052	Contas a pagar	42.331	Impostos	(15.633.386)
Outros créditos	15.743.388	8.771.211	Não circulante	47.843.048	Receita líquida	112.248.221
Clientes	49.270.572	60.819.052	Exigível a longo prazo	47.843.048	Custos das vendas	(101.839.359)
Outros créditos	15.743.388	8.771.211	Empréstimos e financiamentos	9.091.885	Custos sobre as vendas	(101.839.359)
Impostos a recuperar	1.619.256	555.295	Controladas e coligadas	5.546.794	Resultado bruto	10.408.863
Estoques	12.134.585	4.468.717	Refis	23.308.943	Despesas e receitas	(22.667.982)
Não circulante	6.570.389	5.596.599	Contas a pagar	9.895.426	Despesas administrativas	(22.105.979)
Realizável a longo prazo	170.597	58.427	Patrimônio líquido	22.243.354	Despesas financeiras	(1.143.706)
Outros créditos	170.597	58.427	Capital social	22.070.000	Receitas financeiras	581.703
Investimentos	14.515	14.515	Adiantamento para aumento de capital	16.162.352	Outras receitas e despesas operacionais	230.200
Participação societária	14.515	14.515	Reservas	573	Outras receitas	230.200
Imobilizado	6.339.408	5.464.245	Prejuízos acumulados	(15.989.571)	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(12.028.920)
Imobilizado líquido	6.339.408	5.464.245	Total do passivo	88.607.001	Imposto de renda e contribuição social	-
Intangível	45.870	59.411			Imposto de renda	(283.808)
Intangível	45.870	59.411			Contribuição social	(110.811)
Total do ativo	88.607.001	95.535.453			Resultado líquido do exercício	830.413

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em R\$)

	Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	22.070.000	8.996.790	573	(3.960.651)	27.106.712
Constituição do Afac	-	7.165.562	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	(12.028.920)	-
Saldo em 31/12/2020	22.070.000	16.162.352	573	(15.989.571)	22.243.354

Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro (Em R\$)

1) Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanada da lei das Sociedades por ações 6.404/76, sendo adotadas no exercício de 2020 as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08, bem como os Pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis. 2) Sumário das principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas. Obs.: Valores em milhares de reais.

3. Composição das Principais Contas

Disponível	(R\$)
Caixa	134
Bancos	898
Aplicação Financeira	2.236
Total	3.268

Considerando a aplicação financeira de R\$ 2.236 milhões, o endividamento total passa a ser de R\$ 64.127 milhões, apresentando redução de 3,37%.

Exigível	De (R\$)	Para (R\$)	Redução (%)
Curto Prazo	18.520	16.284	12,07
Longo Prazo	47.843	47.843	0,00
Total	66.363	64.127	3,37

4. **EBITDA** – A APETECE fechou o ano calendário de 2020 com um resultado operacional de (R\$ 12.259) milhões contra um resultado de R\$ 1.225 milhões no ano calendário de 2019 representando um decréscimo de caixa operacional (EBITDA) pelo conceito internacional. Não foram reconhecidos no exercício de 2020 o faturamento no Valor de R\$ 12.567 devendo ser faturado referente ao exercício 5. **Clientes** – A carteira conta com 36 Contratos, todos contratos vigentes para até 5 anos das respectivas datas de assinatura e ainda passíveis de prorrogação. O valor total da carteira está assim constituído:

Clientes	(R\$)
Faturado	127.892
Saldo a Faturar	716.181
Total	844.073

Todos os contratos apresentam medição e faturamento mensal. Para 2021 a Receita Bruta projetada é de R\$ 140 milhões. Excluem-se destes valores os valores dos novos contratos que serão assinados em 2021. 6. **Outros Créditos** – São créditos decorrentes de Outros Créditos, Adiantamento a Forneceedores, Adiantamento a Funcionários, Outros Adiantamentos e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Os valores estão assim distribuídos:

Outros Créditos Circulante	(R\$)
Outros Créditos	7.173
Cotas de Consórcios	1.954
Adiantamento a Forneceedores	4.827
Adiantamento a Funcionários	67
Outros Adiantamentos	1.722
Total	15.743

Outros Créditos Não Circulante	(R\$)
Duplicatas a Receber	116
Adto Futuro Aumento de Capital	54
Total	170

Não foram reconhecidos no balanço os créditos abaixo discriminados, decorrentes de ações judiciais impetradas pela APETECE contra antigos clientes, relativos a ajustes e reajustes de valores contratuais.

Outros Créditos a Receber	(R\$)
Ações não julgadas	13.850
Transitado em Julgado	12.680
Precatórios Emitidos	4.866
Total	31.396

Nossos advogados estimam que 75% desses créditos estejam realizados nos próximos 5 anos: média líquida de R\$ 3.767 milhões/ano corrigidos. O impacto deste lucro marginal só poderá ser medido quando realizado e conhecido o lucro da operação nos próximos anos. Entretanto o impacto será significativamente positivo.

7. Imobilizado	Descrição	Aquisição	Depreciação	Líquido
	Instalações	20.898	20.531	367
	Máquinas e Equipamentos	389.557	385.384	4.173
	Computadores e Periféricos	38.903	38.701	202
	Móveis e Utensílios	219.167	217.790	1.377
	Veículos	32.191	31.972	219
	Ferramentas	419	418	1
	Total	701.135	694.796	6.339

8. **Refis** – O valor R\$ 23.309 milhões refere-se a principal mais juros em valor presente, devidos nos próximos 09 anos. O Refis foi atualizado em 2009 para pagamento em 15 anos, dos quais já foram pagos principal mais juros no período de 2009 a 2020. Considerados juros anuais de 3,57 % (Seic), temos parcelas anuais de R\$ 2.689 milhões. Esta é a obrigação anual máxima associada a esta conta que consideramos, de forma gerencial, para cálculo dos indicadores correspondentes de endividamento bancário e geral. Tanto assim que o artigo 14 da lei 9.964/2000 Refis admitti

representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Apetece Sistemas de Alimentação S/A em 31 de dezembro de 2020 e 2019**, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2020.

Nelly Branco Sapede – Contador – Auditor – CRC 1SP 021.253/O-0

Edna da Silva – Diretora
José Afonso – Contador CRC nº 1SP 045.694/O-0

Fed retira pressão e taxas de juros encerram dia com viés de baixa

Os juros futuros fecharam a sessão regular com viés de baixa. Após os eventos do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), no meio da tarde, as taxas zeraram a alta exibida em boa parte do dia. A autoridade monetária, tanto no comunicado da decisão quanto na entrevista do presidente Jerome Powell, reforçou a intenção de manter sua política monetária altamente estimulativa, tolerando inflação acima da meta por algum período e demonstrando total apoio à recuperação da economia. O mercado havia armado posições de proteção em caso de mudança na postura do Fed, que acabaram sendo desmontadas na medida em que a sinalização se manteve.

Nos juros locais, o impacto foi moderado em comparação com outros ativos, em função do risco fiscal e político. O mercado ainda se ressentido das saídas na equipe econômica, com aumento nesta quarta do ruído após comentários do ministro Paulo Guedes sobre a China, e também pela cautela no desenrolar da CPI da Covid-19 no Senado.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 fechou a sessão regular em 4,625%, de 4,642% no ajuste anterior, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 7,766% na terça para 7,71%. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 8,37%, ante 8,394% no ajuste anterior.

O aumento das incertezas após a debandada no Ministério da Economia sustentou ganho moderado de inclinação na curva, com as taxas curtas estáveis e as demais em alta, até a última hora negócios, quando o Fed entrou em cena.

IstoÉDinheiro

Lemasa Indústria e Comércio de Equipamentos de Alta Pressão S.A.

CNPJ/MF nº 61.991.667/0001-98

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial		Demonstração de Resultado do Exercício		Demonstração de Fluxo de Caixa	
2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo Circulante	54.379	43.334	Receita Líquida	58.982	62.164
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.633	1.340	Custo das Vendas	(30.291)	(33.940)
Contas a Receber de Clientes	17.456	18.983	Lucro Bruto	28.690	28.224
Contas a Receber de Partes Relacionadas	293	139	Despesas com Vendas	(2.535)	(3.324)
Estoques	25.658	21.544	Despesas Gerais e Administrativas	(13.651)	(12.517)
Tributos a Recuperar	195	155	Outras Receitas (despesas), Líquidas	222	488
Adiantamentos a Forneceedores	799	443	Lucro Operacional	12.725	12.872
Outras Contas a Receber	345	731	Receitas Financeiras	2.482	1.003
Ativo não Circulante	4.682	5.500	Despesas Financeiras	(2.355)	(2.166)
Imobilizado	4.365	5.126	Receitas (despesas) Financeiras, Líquidas	127	(1.163)
Intangível	317	374	Lucro antes do IRPJ e da Contribuição Social	12.853	11.708
Total do Ativo	59.061	48.835	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(3.196)	(3.004)
Passivo	2020	2019	Lucro Líquido do Exercício	9.657	8.704
Passivo Circulante	17.213	16.517	Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido		
Empréstimos e Financiamentos	326	696	Reserva de Lucros		
Forneceedores	4.410	2.946	Capital Social	14.040	14.040
Contas a pagar a Partes Relacionadas	7.834	8.495	Reserva Legal	1.486	1.486
Tributos a Pagar	968	1.548	Lucros à Disposição	17.347	32.873
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.537	1.557	Em 1º /01/2019	-	-
Adiantamentos de Clientes	1.472	496	Lucro (prejuízo) do Período	-	8.704
Outros Valores a Pagar	665	778	Dividendos Constituídos	-	(10.109)
Passivo Não Circulante	815	850	Constituição de Reservas	-	435
Empréstimos e Financiamentos	765	800	Em 31/12/2019	14.040	15.507
Provisões para Contingências	50	50	Lucro (prejuízo) do Período	-	9.657
Patrimônio Líquido	41.033	31.468	Dividendos Constituídos	-	(92)
Capital Social	29.547	14.040	Constituição de Reservas	-	483
Reservas de Lucros	11.486	17.428	Aumento de capital	15.507	(15.507)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	59.061	48.835	Em 31/12/2020	29.547	9.083

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas, entre elas, as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), as perdas estimadas nos estoques, a determinação de vida útil do ativo imobilizado e a capacidade de sua recuperação nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos na determinação de provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas, é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Diretoria
Massimo Colombo – Andrea Stefanelli

Contador
Douglas da Silva Feitosa - CRC SP 295981/O-2

Acesse agora
nosso site:
datamercantil.
com.br



Publicidade Legal

UP Brasil Administração e Serviços Ltda.

CNPJ/MF nº 02.959.392/0001-46 – NIRE: 35.215.527.436

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Ativo		Passivo		Resultado do exercício		Ajuste de exercícios anteriores	
2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Circulante	278.276	76.216	249.093	76.261	(23.127)	(3.181)	
Caixa e equivalentes de caixa	30.768	7.059	131.129	41.476		(643)	
Instrumentos Financeiros	15.085	13.068	62.737	15.772	12.324	1.185	
Contas a receber de clientes	153.910	32.992	4.216	1.619	3.390	260	
Estoques	-	50	6.699	942		35	
Outros créditos	16.220	2.184	5.773	1.170	14.200	7.025	
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	56.046	-	11.822	43	699	(18)	
Impostos e contribuições a recuperar	6.247	3.442	12.831	13.068	840	-	
Valores a receber de partes relacionadas	-	17.421	13.886	2.171	397	188	
Não Circulante	141.895	132.563	44.066	5.480	(63)	(193)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53.301	47.896	17.920	4.555	2.338	(504)	
Garantia Financeira com contingências	684	621	20.707	-	919	(1.423)	
Garantia Financeira com perda de recebíveis	-	8.042	5.439	925	34.436	6.520	
Valores a receber de partes relacionadas	9.585	9.017	-	-	-	-	
Imobilizado	11.938	1.923	139.246	101.074	203	(13.068)	
Intangível	66.387	65.064	(55.119)	(16.921)	19.044	(17.809)	
Total do Ativo	420.171	208.779	420.171	208.779	50	-	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações do Resultado			
Reserva Especial		Capital		2020		2019	
Capital	21.000	(12.975)	8.025	72.701	37.501		
Prejuízos Acumulados	-	(3.181)	(3.181)	(27.195)	(19.846)		
Saldos em 31/12/2018	-	(3.181)	(3.181)	45.506	17.655		
Prejuízo do exercício	-	-	-	(36.864)	(11.116)		
Incorporação UP Brasil – Empório Card Ltda.	6.054	-	(321)	14.200	(7.025)		
Incorporação CDHI Brasil Participações Ltda.	57.020	-	(444)	(27.241)	(9.094)		
Reserva especial de ágio na incorporação – CDHI	-	42.885	-	12.324	(1.185)		
Aumento de capital	17.000	-	-	(8.886)	4.939		
Saldos em 31/12/2019	101.074	42.885	(16.921)	(54.009)	(5.826)		
Prejuízo do exercício	-	-	-	31.836	1.222		
Incorporação Up Brasil – Policard Systems e Serviços S.A.	38.172	-	(14.428)	(35)	-		
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	(643)	(22.208)	(4.604)		
Saldos em 31/12/2020	139.246	42.885	(55.119)	(23.127)	(3.181)		

1. Contexto Operacional – A UP Brasil – Administração e Serviços Ltda. possui sede em São Paulo capital. Sua principal acionista é a empresa FBR Soluções Participações S.A. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, postos de gasolina entre outros, por seus funcionários. A companhia foi adquirida em 31/05/2015, por meio da holding nacional CDHI Brasil Participações Ltda. ("CDHI"), pelo grupo UP, companhia francesa, a qual é uma das três maiores empresas do mundo no setor de benefícios. Em 2019 iniciou-se um processo de reorganização societária envolvendo as empresas do grupo UP Brasil. Dentro deste contexto, duas empresas do grupo foram incorporadas pela Companhia, sendo elas: UP Brasil – Empório Card Ltda., coligada indireta da Companhia, incorporada em 01/05/2019 e CDHI, controladora da UP Brasil Administração e Serviços Ltda., incorporada em 01/12/2019. Em 01/01/2020, dando continuidade ao processo de reorganização societária, outra empresa do grupo foi incorporada pela Companhia: UP Brasil Policard Systems e Serviços S.A. controladora direta da Companhia. Desta forma a Companhia passa a concentrar

toda a operação do Grupo, visando sinergia operacional. **2. Base de Preparação** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os valores são apresentados em Reais, que é a moeda funcional da empresa. Em 2020 a companhia adotou o pronunciamento contábil 06(r2), que trata sobre arrendamentos financeiros e elimina a distinção entre arrendamentos financeiros e operacionais. A adoção não gerou necessidade de ajustes no patrimônio líquido. **3. Sumário das Principais Políticas Contábeis** – As contas a receber são avaliadas pelo valor da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas. O cálculo do ajuste a valor presente não apresentou valores relevantes a serem contabilizados. O ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido de depreciação e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment"). O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de custos de transação atribuíveis. Após reconhecimento, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras abrangem juros recebidos, rendimento de aplicações, receita com antecipação de repasses e descontos obtidos. As

Thomas Richard Victor René Pilet – Diretor Administrativo/Financeiro
Danielle Matos da Cunha Lima – CRC MG 102.943/O

Petróleo fecha em alta com dólar e em reação a compromisso reiterado da Opep+



O petróleo fechou em alta nesta terça-feira, 28, ainda em reação ao compromisso reafirmado ontem pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) de conter a oferta da commodity energética. A desvalorização do dólar ante outras moedas fortes também ajudou a impulsionar os preços. Com a moeda americana em baixa, o petróleo fica mais barato e atrativo para detentores de outras divisas, o que eleva a demanda. Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do WTI para junho avançou 1,46%, a US\$ 63,86. O Brent para julho, por sua vez, subiu 1,38%, a US\$ 66,78 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O avanço dos preços do petróleo hoje ocorreu apesar de um aumento nos estoques em solo americano. De acordo com dados divulgados hoje pelo Departamento de Energia (DoE, na sigla em inglês), houve um avanço de 90 mil barris na semana passada. Ainda assim, a alta veio abaixo do estimado ontem pelo Americana Petroleum Institute (API).

Para o chefe de pesquisa em commodities do Commerzbank, Eugen Weinberg, a decisão da Opep+ agradou ao mercado, mas ainda há risco de que o aumento gradual da produção de petróleo do grupo resulte em um excedente de oferta nos próximos três meses. Isso porque há restrições em vigor para combater a covid-19 em alguns dos principais países que importam a commodity, como a Índia, o Japão e a Turquia.

Portofino Investimento Holding S.A.

CNPJ/MF nº 31.625.217/0001-10

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			
Ativo		Passivo		Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Circulante	3.882.195	1.282.380	11.784.298	2.938.275	1.249.423	1.120.985	1.244.128
Caixa e equivalentes de caixa	3.734.795	1.282.180	11.425.158	2.915.687	1.160.144	(1.103.912)	4.972
Contas a Receber de Clientes	147.400	200	358.040	19.844	-	-	17.194
Adiantamentos a Terceiros	-	-	1.000	2.744	-	-	2.200
Não Circulante	2.459.659	1.301.715	109.080	109.080	2.200	2.200	5.694.931
Investimentos	2.459.659	1.301.715	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	109.080	-	-	-	-
Total do Ativo	6.341.854	2.584.095	11.893.378	2.938.275	1.249.423	1.120.985	1.244.128
Passivo e Patrimônio Líquido				Demonstração do Resultado			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Circulante	20.190	1.763	505.623	335.285	Receitas de Serviços	1.249.423	1.244.128
Fornecedores	11.106	183	56.578	7.299	Lucro operacional bruto	-	-
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	9.084	1.580	422.719	205.810	Despesas Operacionais	-	-
Outras Obrigações	-	-	26.326	122.176	Despesas com Pessoal	-	-
Patrimônio Líquido	6.321.664	2.582.332	6.387.755	2.602.990	Administrativas	(47.620)	(7.583)
Não Circulante	-	-	5.000.000	-	Despesas Comerciais	(13.573)	(24.195)
Empréstimo Capital de Giro	-	-	5.000.000	-	Despesas Tributárias	(1.073)	(49)
Capital Social	7.301.560	3.216.623	7.301.560	3.216.623	Outras Receitas (Despesas) Líquidas	40.308	(5.697.744)
Capital a Integralizar	(2.801.415)	(1.368.712)	(2.801.415)	(1.368.712)	Resultado Equivalência Patrimonial	1.160.144	1.103.912
Ações em Tesouraria	(12.325)	-	(12.325)	-	Total das Despesas/Receitas Operacionais	1.097.878	1.112.393
Reserva de Lucros	118.520	-	118.520	-	Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras	1.097.878	1.112.393
Acumulados	1.715.324	734.421	1.715.324	734.421	Receitas Financeiras	206.469	25.482
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	66.091	20.658	Despesas Financeiras	(385)	(2.142)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.341.854	2.584.095	11.893.378	2.938.275	Lucro antes dos Tributos IRPJ e Contribuição Social	1.303.962	1.135.733
Demonstrações do Resultado Abrangente				Demonstração do Resultado			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Resultado do exercício	1.249.423	1.120.985	1.964.218	1.244.128	Resultado do Exercício	1.249.423	1.120.985
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-	-	-	Atribuível a:	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	1.249.423	1.120.985	1.964.218	1.244.128	Acionistas controladores	-	-
A Diretoria				Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa:			
Simone Mathias Leite		Contadora CRC 53.378/T-SC		no Início do Exercício		no Final do Exercício	
2020		2019		2020		2019	
1.282.180		1.282.180		1.282.180		1.282.180	
- 2.915.687		- 2.915.687		1.282.180		1.282.180	
3.734.795		1.282.180		11.425.158		2.915.687	

Kairós Administração de Imóveis e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 14.806.697/0001-05

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado			
Ativo		Passivo não circulante		Receitas Aluguéis e Arrendamentos		Despesas	
2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Circulante	18.311.558,36	18.383.014,67	50.000,00	50.000,00	835.359,75	956.654,62	
Disponibilidades	351.420,56	487.558,92	50.000,00	50.000,00	(=) Receita bruta	835.359,75	
Direitos realizáveis a curto prazo	348.536,39	483.221,69	11.880.910,72	11.911.273,48	Impostos s/ vendas e serviços	30.490,62	
Ativo não circulante	17.960.137,80	17.895.455,75	Patrimônio líquido	12.669.540,00	(=) Receita líquida	804.869,13	
Investimentos	66.581,25	60.081,25	Capital	12.669.540,00	Compras	(1.119,42)	
Imobilizado	17.106.368,89	17.047.458,67	Lucros ou prejuízos acumulados	(788.629,28)	Custos dos produtos vendidos	(2.197,17)	
Passivo	18.311.558,36	18.383.014,67	Capital	12.669.540,00	Materiais consumidos	(1.604,61)	
Passivo circulante	6.380.647,64	6.421.741,19	Patrimônio líquido	11.880.910,72	(=) Lucro bruto	(799.947,93)	
Fornecedores	30.480,90	31.184,52	Capital	12.669.540,00			
Obrigações trabalhistas	28.427,56	33.083,93	Lucros ou prejuízos acumulados	(788.629,28)			
Obrigações tributárias	27.554,55	25.004,26					
Contas a pagar	6.294.184,63	6.332.468,48					

Wemerson Paneguini – Diretor CPF: 828.847.659-72

Marcelo Galvão Contador CPF: 047.139.878-08 CRC: 149292

Despesas trabalhistas (149.066,31) (145.003,72)
Encargos sociais (55.263,80) (57.628,46)
Despesas gerais (558.098,58) (597.740,69)
Despesas gerais com vendas (293,38)
Despesas financeiras (5.113,14) (9.320,63)
Despesas operacionais tributárias (97.201,51) (63.111,60)
Ganhos com aplicações financeiras 6.719,13 21.855,35
Juros e descontos obtidos 53,62 9.390,59
Outras receitas - 722,82
Resultado não operacional 6.772,75 31.968,76
(=) Lucro (prejuízo) operacional bruto (58.316,04) 78.386,95
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL (58.316,04) 78.386,95
Provisões para IRPJ (47.643,13) (77.996,20)
Provisões para contribuição social (24.967,96) (36.718,64)
(=) Lucro (prejuízo) operacional líquido (130.927,13) (36.327,89)

IstoéDinheiro

Condições do mercado melhoraram em abril, diz Tesouro

Depois de instabilidades em março, as condições do mercado financeiro melhoraram em abril, avaliou ontem (28) o Tesouro Nacional, em nota explicativa sobre a evolução da dívida pública no mês. Segundo o órgão, o pacote de injeção de dólares nos Estados Unidos e o fechamento do acordo sobre o Orçamento deste ano melhorou a percepção de riscos sobre os países emergentes e reduziu as taxas de juros de prazos mais longos.

“O mês de abril tem se mostrado mais positivo com melhora na percepção de risco de emergentes e queda nas taxas de juros com prazos mais longos. No cenário externo, estímulos fiscais e monetários, dados econômicos positivos e maior estabilidade nas Treasuries [títulos públicos norte-americanos] trouxeram apetite por risco. A curva de juros doméstica perdeu inclinação com a melhora do cenário externo e com a aprovação do orçamento”, destacou o relatório.

A maior prova do alívio no mercado, avaliou o Tesouro, está no risco país, que acumulava queda de 15,6% em abril até a segunda-feira (26). Indicador que mede a diferença entre os rendimentos dos títulos públicos brasileiros no exterior e os títulos do Tesouro norte-americano num intervalo de cinco anos, o risco país do Brasil passou de 225 pontos-base (diferença de 2,25% pontos percentuais ao ano de rendimento) em março para 190 pontos em abril (diferença de 1,9% ponto).

Apesar do recuo, o risco país do Brasil continua mais alto que o de outros países latino-americanos. O indicador está em 117 pontos-base para a Colômbia, 92 pontos para o México e 51 pontos para o Chile. Mesmo no Peru, onde o indicador acumula alta de 15% em abril, em meio a tensões sobre as eleições presidenciais, o risco país estava em 95 pontos na última segunda-feira.

Welton Máximo/ABR

Omega Desenvolvimento de Energia S.A.															
CNPJ/MF nº 15.191.561/0001-92															
Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Milhares de Reais)															
Relatório da Administração: Prezados Acionistas, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.															
Balancos Patrimoniais				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Capital social		Reserva de capital		Lucros (Prejuízos) acumulados			
								AFAC				Total			
												Total geral			
												Total geral			
Ativo				Saldo em 1º de janeiro de 2019				112.516		3.095		82.315		82.315	
Ativo circulante				Saldo em 31 de dezembro de 2019				128.309		212		96.779		96.779	
Caixa e equivalentes de caixa				Saldo em 1º de dezembro de 2020				128.309		212		96.779		96.779	
Outros créditos															
Ativo não circulante															
Outros créditos LP															
Investimentos															
Imobilizado															
Intangível															
Total do ativo				Total do passivo											
Passivo				Passivo circulante											
Fornecedores				Obrigações trabalhistas e tributárias											
Outras obrigações				Passivo não circulante											
Patrimônio líquido				Total do passivo											
Capital social				Patrimônio líquido											
Adiantamento para futuro aumento de capital				Capital social											
Reservas de Capital				Adiantamento para futuro aumento de capital											
Reserva de lucro				Reservas de Capital											
Prejuízos acumulados				Reserva de lucro											
Patrimônio líquido atribuível aos controladores				Prejuízos acumulados											
Total do patrimônio líquido				Patrimônio líquido atribuível aos controladores											
Total do passivo e patrimônio líquido				Total do patrimônio líquido											
Demonstrações de Resultados Abrangentes				Demonstrações dos Fluxos de Caixa											
Controladora				Controladora											
2020				2020											
2019				2019											
2020				2020											
2019				2019											
Lucro líquido (prejuízo) do período				Fluxo de caixa das atividades operacionais											
Resultado abrangente total				Resultado antes do IRPJ e da CSLL											
				Ajustes: Depreciação e Amortização											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											
				Resultado de equivalência patrimonial											
				Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos											



Soares Penido Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

Relatório da Administração

1. Aos acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração acompanhado das demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. **2. Operação:** A SP Concessões tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Peterson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia então um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 10,43% e 23,28% na Companhia Operadora

de Rodovias - COR, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER. A CCR S.A. é uma "holding" cujo objeto social é permitir a atuação de setores de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além dos setores de infraestrutura metroferroviárias, aeroportuárias, aquaviárias e de telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possui como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP. O objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR pretende concorre em novas concessões rodoviárias, de mobilidade urbana e aeroportuárias por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional. **3. Mercado de atuação:** A partir de 1994, os Governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de

pedágio para a recuperação e o desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado. Restrições orçamentárias dos Governos Federal e Estaduais e regulamentações, como as das PPPs, aprovadas no Congresso Nacional ao final de 2004, continuaram a indicar a existência de oportunidades de crescimento e possibilidades de expansão no nosso mercado de atuação por meio de novas licitações. **4. Resultado das operações:** Resultado operacional: A equivalência patrimonial em 2020 foi de R\$ 20.397, em comparação aos R\$ 150.326 de 2019. Essa redução é explicada, em virtude do resultado influenciado pelos efeitos não-recorrentes e desempenho operacional e financeiro de sua controlada em conjunto CCR S.A. Resultado financeiro: No ano 2020, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 13.076, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 16.930 em 2019. **5. Destaques do ano 2020:** No ano de 2020 a Companhia efetuou pagamento de Juros sobre Capital Próprio a seu acionista no montante de R\$ 33.970. **6. Auditores Inde-**

pendentes: Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes. **7. Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 26 de abril de 2021
A Administração

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Balanco Patrimonial			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido							Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	2020	2019	Reservas de lucros			Reservas de Capital		Dividendo adicional		Lucros acumulados		2020	2019
	Nota		Capital social	Legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros
Ativo													
Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	5	22.740										59.737	184.435
Contas a receber - partes relacionadas	9	10.015											
Impostos a recuperar	6	979											
Dividendos a receber		4.732											
Outras contas a receber		139											
Não circulante													
Realizável a longo prazo		1.380.958											
Impostos a recuperar	6	261											
Outras contas a receber		14											
Investimentos	7	1.380.779											
Intangível	8	179											
Total do ativo não circulante													
Total do ativo		1.419.824											
Passivo													
Circulante													
Fornecedores		24.580											
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	8.771											
Impostos e contribuições a recolher		2.558											
Obrigações sociais e trabalhistas		14											
Dividendos a pagar		7.096											
Cessão de direitos creditórios		2.645											
Não circulante													
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	10	125											
Provisão para patrimônio líquido negativo	7												
Patrimônio líquido		1.395.119											
Capital social		655.000											
Reservas de lucros		627.806											
Ajuste de avaliação patrimonial		104.265											
Reservas de capital		282											
Dividendo adicional proposto		7.766											
Total do passivo e patrimônio líquido		1.419.824											

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia") tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins. A SP Concessões tem controle conjunto nas seguintes entidades: CCR S.A., com participação direta de 10,43%; e Companhia Operadora de Rodovias - COR, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, com 22,82%. O Consórcio prestou serviços exclusivamente a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., cujo contrato encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021. Após o encerramento deste contrato, o prazo de duração do Consórcio será o necessário a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades. Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR S.A. para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR S.A. é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objetivo social da CCR S.A. permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroferroviárias e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades. Atualmente, a CCR S.A. é responsável por 3.735,58 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, sendo que em 3.645 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias, CCR NovaDutra, CCR ViaLagoas, CCR Rodonorte, CCR AutoBan, CCR ViaOeste, CCR Rodonorte Oeste, CCR SPVias, CCR MSVIA, CCR ViaSul, Renovias a ViaRio. Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR S.A. busca investimentos em outros negócios. Exemplo disso são as participações, diretas ou indiretas, nas empresas ViaQuatro (Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), ViaMobilidade (Linha 5 e 17-Linhas e Outro do Metrô de São Paulo), Linha 15 (Linha 15-Prata do Metrô de São Paulo), SAMM (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras ópticas implantadas ao longo de rodovias e Linha 4 do Metrô de São Paulo), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros por meio de Veículos Leves sobre Trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves) e Quiport, Aeris e CAP (operadores dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente). Quanto ao programa de fidelização de clientes e TAS (prestadora de serviços em aeroportos dos Estados Unidos da América). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. **1.1. Processo de investigação:** Em reunião realizada em 1º de novembro de 2018, o Conselho de Administração da controlada em conjunto CCR S.A. (a) tendo verificado o limite de atuação do Comitê Independente, criado pelo Conselho de Administração e responsável pelos trabalhos de apuração dos fatos divulgados na imprensa e conexos envolvendo a CCR e suas controladas; (b) com base na recomendação de seus advogados externos, no sentido de que sem o completo esclarecimento dos fatos era inviável a aceitação dos acordos de leniência pelas autoridades competentes; e (c) diante das possíveis consequências para os envolvidos que se dispusessem a colaborar com as autoridades competentes, aprovou a criação de um Programa de Incentivo à Colaboração (PIC) que assegurou a aqueles colaboradores certos direitos, e também preservou o interesse do Grupo CCR, evitando a sua exposição a graves riscos, inclusive de continuidade de seus negócios. Em AGE ocorrida em 22 de abril de 2019, o PIC foi ratificado. Em 29 de novembro de 2018, a controlada em conjunto, CCR S.A., celebrou Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual se comprometeu a pagar a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, o título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 e a segunda de R\$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic a partir da data de assinatura do Termo. Em 06 de março de 2019, a controlada em conjunto CCR S.A. divulgou Fato Relevante informando que, sua controlada Rodonorte celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Paraná, pelo qual a controlada se comprometeu a (i) pagar o valor de R\$ 35.000, o título de multa prevista na Lei de Improbidade; (ii) arcar com R\$ 350.000, atualizado semestralmente pela Selic, a título de redução em 30% da tarifa de pedágio em favor dos usuários em todas as rodovias de pedágio por ela operadas por, pelo menos, 12 meses; (iii) executar obras nas rodovias por ela operadas no valor total de R\$ 365.000, atualizado semestralmente pela Selic. O valor total de R\$ 750.000 foi integralmente provisionado no exercício de 2018. Em 28 de março de 2019, a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal homologou o Acordo de Leniência. A multa, no valor de R\$ 35.000, foi paga em 26 de abril de 2019 e o início do desconto tarifário ocorreu em 27 de abril de 2019 e foi concluído em 13 de outubro de 2020 e os gastos com a execução de obras iniciouse em novembro de 2019. Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpus recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à controlada em conjunto, CCR S.A., por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto CCR S.A. reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. A controlada em conjunto CCR S.A., celebrou contratos, cujo saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 41.000, o qual resulta do saldo de R\$ 58.705 em 31 de dezembro de 2019, atualizado pelo IPCA e diminuído dos valores já pagos. O saldo de R\$ 41.000 será pago da seguinte forma: (i) R\$ 40.367 ao longo dos próximos anos, até novembro de 2023; e (ii) R\$ 633 referente ao saldo de penas pecuniárias, que está sendo pago em 3 parcelas semestrais, tendo sido a primeira parcela paga na data da homologação de cada acordo individual de cada colaborador. Em 2020, a controlada em conjunto CCR S.A. incorreu em despesas de R\$ 1.808 relativas a reembolsos aos participantes. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e não fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. A controlada em conjunto CCR S.A. continuará contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados. **1.2. Efeitos da pandemia do COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser

considerado pandemia em anúncio feito pela mesma OMS em 11/03/2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes nas empresas investidas pela Companhia. A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação controlada em conjunto CCR S.A. e, até 31/12/2020, verificou o seguinte resultado consolidado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes, à mobilidade urbana, em termos de passageiros transportados, e aos aeroportos, em número de passageiros embarcados:

Veículos Equivalentes						
	12/03/2020 a 31/12/2020 vs 12/03/2019 a 31/12/2019		01/01/2020 a 31/12/2020 vs 01/01/2019 a 31/12/2019			
Unidade	Passoio	Comercial	Total	Passoio	Comercial	Total
CCR	-20,0%	8,8%	-4,7%	-14,3%	8,9%	-2,0%
CCR sem ViaSul ⁽¹⁾	-23,8%	2,4%	-9,7%	-18,9%	2,7%	-7,3%
CCR						
INFRA SP ⁽²⁾	-25,3%	2,6%	-11,8%	-20,3%	2,6%	-9,2%
AutoBan	-20,0%	5,1%	-11,4%	-23,1%	4,9%	-8,7%
ViaOeste	-23,4%	3,0%	-13,1%	-18,5%	3,5%	-10,0%
CCR LAM						
VIAS ⁽³⁾	-5,4%	18,3%	9,5%	2,1%	18,5%	12,5%
CCR LAM						
VIAS sem						
ViaSul ⁽³⁾	-18,9%	2,2%	-5,1%	-14,6%	3,0%	-3,3%
NovaDutra	-22,1%	4,1%	-10,5%	-17,2%	-2,1%	-7,5%
Rodonorte	-15,2%	9,4%	4,0%	-10,7%	9,9%	0,2%
MSVIA	-13,1%	5,5%	1,4%	-10,1%	3,2%	5,2%

(1) ViaSul inclui cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 09 de fevereiro de 2020 nas demais parcelas (P1, P4, P5, P6 e P7).

(2) CCR INFRA SP e CCR LAM VIAS consolidam dados de outras concessões, além das sociedades de capital aberto mencionadas acima.

(3) CCR LAM VIAS consolidam dados de outras concessões, além das sociedades de capital aberto mencionadas acima.

Passageiros

	12/03/2020 a 31/12/2020 vs 12/03/2019 a 31/12/2019		01/01/2020 a 31/12/2020 vs 01/01/2019 a 31/12/2019	
Unidade				
CCR Mobilidade	-58,8%		-46,4%	

Passageiros

	12/03/2020 a 31/12/2020 vs 12/03/2019 a 31/12/2019		01/01/2020 a 31/12/2020 vs 01/01/2019 a 31/12/2019	
Unidade				
CCR Aeroportos	-77,8%		-61,5%	

A controlada em conjunto CCR S.A. instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020 da controlada em conjunto CCR S.A., para avaliar o impacto da pandemia sobre a Companhia e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras: **Avaliação de continuidade operacional:** A controlada em conjunto CCR S.A. e suas investidas revisa e elabora mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou, até o momento, problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de covenants do Grupo CCR como um todo, exceto com relação a debêntures da ViaQuatro que na data-base de 31/12/2020, não alcançou o indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) que deveria ser maior que 1,1, o que obriga a concessionária, para não incorrer em vencimento antecipado, em apresentar fiança bancária e/ou providenciar depósito em conta escrow, em montante suficiente para recompor referido índice. Tal obrigação deveria ser cumprida no prazo de 30 dias contados do recebimento de notificação do agente fiduciário, que por sua vez, somente será possível após a entrega das demonstrações financeiras da data-base a esse. No momento a concessionária encontra-se em discussão antecipada com os debenturistas visando obtenção de waiver. Em 31/12/2020, o saldo da 5ª emissão de debêntures da ViaQuatro foi reclassificado para o passivo circulante. A controlada em conjunto CCR S.A. e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de cross default e/ou cross acceleration, que estabelecem vencimento antecipado, caso decaia de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. As empresas do Grupo CCR localizadas no Brasil não possuem exposição cambial importante. As empresas do Grupo CCR localizadas no exterior possuem endividamento na mesma moeda que sua moeda funcional e também não sofrem impacto cambial importante, porém na conversão de seus balanços para consolidação em reais na controladora brasileira, observou-se um ganho de R\$ 436.250 na rubrica Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio líquido. Na revisão dos fluxos de caixa do Grupo CCR foram consideradas as medidas, abaixo elencadas,

que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez diante a situação de crise. O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. O Grupo CCR não possui exposição cambial importante. Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas: • Contenção de despesas, priorização de investimentos; • Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados; • Sob o ponto de vista dos financiamentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou programa emergencial, promovendo a suspensão do pagamento das prestações dos financiamentos pelas empresas, entre abril e setembro de 2020, sendo que os valores das prestações suspensas foram incorporados ao saldo devedor e redirecionados nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. A suspensão é válida para contratos de financiamentos diretos ou indiretos com o BNDES. Foram obtidas as aprovações para BH Airport, VLT Carioca, Metrô Bahia e MSVIA. Para essa última, devido a autorização ter ocorrido em maio de 2020, a suspensão das parcelas iniciou-se naquele mês. O Grupo CCR obteve a renovação do benefício por mais seis meses para as controladas Metrô Bahia, BH Airport e VLT Carioca. Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Sob o ponto de vista regulatório nacional e internacional, a controlada em conjunto CCR S.A. entende que os contratos de concessão de suas investidas estão respaldados por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos, além de alguns dos contratos, principalmente na área de mobilidade urbana, possuírem cláusulas de mitigação de frustração de demanda. A controlada em conjunto CCR S.A. obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior. Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu os seguintes pareceres: • Parecer nº 74/2020, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), ratificando a aplicabilidade da MP 925/2020, para postergação do prazo de pagamento da outorga fixa e variável do ano de 2020 da BH Airport, de maio para dezembro de 2020 e Parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde concluiu pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia. nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde concluiu pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia. Sendo assim, a controlada em conjunto CCR S.A. avalia que os contratos de suas investidas serão reequilibrados pelos efeitos advindos da pandemia e tais reequilíbrios seriam suficientes para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Avaliação de ativos financeiros: Sob o ponto de vista dos ativos financeiros a receber dos clientes, fornecedores, principalmente relativos ao Metrô Bahia e VLT Carioca, não foi identificado, até o momento, aumento do risco de crédito das contrapartes, sendo que os compromissos vêm sendo substancialmente honrados até o momento, exceto quanto a atrasos no recebimento de aportes e contraprestações no VLT Carioca no montante de R\$ 245.471. Desta forma, não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas a valor recuperável nos ativos. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a controlada em conjunto CCR S.A. acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado, a controlada em conjunto CCR S.A., como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no seu histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo custo justo, quando requerido. Em 26 de abril de 2021, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Investimento em sociedade controlada em conjunto:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:

Ativo / Circulante

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	9.827	916
Contas a receber - partes relacionadas	10.143	8.152
Outros	13	44
Total do ativo circulante	19.983	9.112
Não circulante		
Contas a receber - partes relacionadas	12.849	12.849
Outros	234	220
Total do ativo circulante	13.083	13.069
Passivo / Circulante		
Fornecedores	3.425	2.915
Impostos e contribuições a recolher	610	538
Obrigações sociais e trabalhistas	5	661
Fornecedores - partes relacionadas	8.731	3.467
Resultado a distribuir às concessionárias	17.592	5.603
Cessão de direitos creditórios (*)	2.645	8.559
Total do passivo circulante	32.998	21.763
Não circulante		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	68	418

(*) Em 21 de outubro de 1998 foi celebrado um Contrato entre o COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra e a PMOEL Recebíveis Ltda., com a interveni-

>>>Continua...

Publicidade Legal

>>>Continuação

Soares Penido Concessões S.A.

do apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Capital social - ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **d) Ativos Intangíveis:** A Companhia possui ativo resultante da aquisição de participação em consórcio que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e incluído nos ativos intangíveis deduzidos, quando aplicável, das perdas por redução do valor recuperável. O ativo intangível possui vida útil definida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor. **e) Redução ao valor recuperável de ativos:** Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando as taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido aplicado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. **g) Apuração do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **h) Receitas de serviços:** As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **i) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **j) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido não está sendo reconhecido no resultado, pois a Companhia encontra-se sem expectativa de rentabilidade futura. **k) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício pela média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **l) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas:** A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 e concluiu que não houve impacto nas demonstrações financeiras. **Definição de negócio - Alterações ao CPC 15:** Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares. **Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23:** Altera a definição de "material" estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08 e CPC 40:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de hedge. **Arendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilidade de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo redução temporária de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mu-

dança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em termos e condições do arrendamento); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. **m) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06); • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1). **4. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. **Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras: a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contábil de vencimento:

	2020	2019
Caixa e bancos	40	107
Aplicações financeiras	22.700	13.309
	22.740	13.416

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 2,76% ao ano (99,52% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 5,89% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **6. Impostos a recuperar:** Refere-se a imposto de renda e contribuição social a recuperar. Os saldos estão segregados entre circulante e não circulante conforme expectativa de realização.

	2020	2019
CSLL a Compensar	967	714
IRPJ a Compensar	11	11
IRRF a Recuperar	15	12
	993	727
Circulante	979	715
Não Circulante	14	12

7. Investimento e provisão para Patrimônio líquido negativo

	2020	2019
Patrimônio líquido da investida	7.741.163	8.138.788
Participação	10,43%	10,43%
Investimento	807.316	848.784
Ágio (*)	573.233	573.233
Investimento - CCR S.A.	1.380.549	1.422.017
Patrimônio líquido da investida	969	(1.048)
Participação	23,28%	23,28%
Provisão para patrimônio líquido negativo - COR	230	(244)

(*) Ágio - CCR S.A. Ágio proveniente da incorporação de ativo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilian S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilian), incorporação de ativo líquido da Agulha Participações e Empreendimentos Ltda. (Agulha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações). O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura com base na projeção da capacidade de geração de lucros futuros desses investimentos. A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

Movimentação dos saldos

	CCR S.A.	COR	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.431.685	(577)	1.431.108
Resultado de equivalência patrimonial	149.993	333	150.326
Dividendos distribuídos	(160.604)	-	(160.604)
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo	1.674	-	1.674
Outros	(731)	-	(731)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.422.017	(244)	1.421.773
Resultado de equivalência patrimonial	19.323	474	20.397
Dividendos distribuídos	(106.230)	-	(106.230)
Ajustes de avaliação patrimonial - reflexo	45.496	-	45.496
Outros	(657)	-	(657)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.380.549	230	1.380.779

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A. se valorizou a mercado com base na última cotação das ações na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2020, apresenta um valor de R\$ 2.837.632. (R\$3.998.386 em 31 de dezembro de 2019).

Informações resumidas dos investimentos:

	2020		2019	
	CCR S.A.	COR	CCR S.A.	COR
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000	210.663.128	50.000
Percentual de participação	10,43%	23,28%	10,43%	23,28%
Caixa e equivalentes de caixa	3.548.987	1.129	1.263.212	635
Outros ativos	4.579.093	29.406	5.868.714	10.500
Ativo circulante	8.128.080	30.535	7.131.926	11.135
Ativo não circulante	25.320.540	485	26.130.161	1.767
Ativo	33.448.620	31.020	33.262.087	12.902
Passivos financeiros circulantes (**)	5.056.805	231	4.050.043	125
Outros passivos	2.567.404	29.195	2.469.265	12.467
Passivo circulante	7.624.209	29.426	6.519.308	12.592
Passivos financeiros não circulantes (**)	14.847.178	-	14.980.795	-
Outros passivos	3.037.471	605	3.322.290	1.358
Passivo não circulante	17.884.649	605	18.303.085	1.358
Passivo	25.505.858	30.031	24.822.393	13.950
Patrimônio líquido	7.939.762	989	8.439.694	(1.048)

	2020		2019	
	CCR S.A.	COR	CCR S.A.	COR
Receita líquida	9.889.480	9.641	10.590.811	8.508
Depreciação e amortização	(2.421.014)	-	(1.941.956)	-
Receitas financeiras	459.725	74	546.027	135
Despesas financeiras	(1.813.223)	(1.212)	(1.785.888)	(1.590)
Outros	(5.433.613)	(5.802)	(5.101.377)	(5.181)
Resultado das operações antes dos impostos	681.356	2.701	2.307.617	1.872
Imposto de renda e CSLL	(595.243)	(664)	(881.165)	(442)
Lucro das operações	86.113	2.037	1.426.452	1.430
Outros resultados abrangentes	434.996	-	16.431	-
Resultado abrangente total	521.109	2.037	1.442.883	1.430
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	973.243	-	1.540.727	-
Compromissos	-	-	-	-
Compromissos relativos às concessões	7.748.476	-	10.668.331	-
Outorga variável e obras a executar	13.531	-	19.924	-
Contribuição fixa - BH Airport	2.306.927	-	2.293.918	-

(**) Refere-se a empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, arrendamentos mercantis, contas a pagar em operações com derivativos.

Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício - CCR S.A.

	2020	2019
Ajustes no patrimônio líquido	-	-
Patrimônio líquido	7.939.762	8.439.694
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	(198.599)	(300.906)
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	7.741.163	8.138.788
Ajustes no resultado do exercício	-	-
Lucro das operações	86.113	1.426.452
Resultado do exercício atribuível aos acionistas não controladores	104.919	11.803
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores	191.032	1.438.255

8. Intangível: Refere-se ao direito de concessão gerado na aquisição de direitos sobre o contrato COPER efetuado pelos antigos colistas da Agulha e incorporação de ativo líquido da SP Realizações. Esse direito é amortizado pelo prazo do contrato entre o COPER e a CCR NovaDutra que foi encerrado em 28 de fevereiro de 2021.

9. Partes Relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nessas datas, relativos às operações com partes relacionadas referem-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação da concessionária COPER, subsidiária da controladora em conjunto CCR S.A. estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Ativo	-	-
Contas a receber - COPER	10.015	7.650
Passivo	-	-
Fornecedores e contas a pagar - COPER	8.779	3.523

Resultado

	2020	2019
Receita bruta de serviços - COPER	124.271	105.169
Custos dos serviços prestados - COPER	(8.090)	(1.699)
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não houve remuneração para a Administração. 10. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia possui um processo tributário de R\$ 125 (R\$474 em 31 de dezembro de 2019) que a Administração entende como provável de perda. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui causas com diagnóstico de perda classificadas como possível, não tendo sido necessário, a contabilização de provisão para riscos de R\$ 970.336, sendo R\$ 970.325 decorrente do processo de Toro Bravo Fundo de Investimento Multimercado contra os acionistas majoritários da CCR S.A., sendo a parte da Companhia proporcional a sua participação no montante de R\$ 101.205 e R\$ 11 de causas trabalhistas e previdenciárias do Coper (R\$ 652 em 2019). 11. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:		

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da CSLL	59.737	184.435
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e CSLL à alíquota nominal	(20.311)	(62.708)
Eleito tributário das adições e exclusões:	-	-
Equivalência patrimonial	6.935	51.111
Juros sobre capital próprio	11.550	7.912
Outros ajustes, líquidos (*)	665	959
Despesa com impostos correntes	(1.161)	(2.726)

(*) Refere-se, substancialmente, à compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. **b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de

contribuição social de R\$ 124.491 (R\$125.982 em 31 de dezembro de 2019), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros. **12. Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia era de R\$ 655.000, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **b) Reservas de lucros:** Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 8 de maio de 2019, a administração aprovou a constituição da reserva de retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A Administração da Companhia avaliará a distribuição de dividendos de acordo com a disponibilidade de caixa. Reserva especial de dividendos: Conforme artigo 202 da lei 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos foram registrados como reserva especial, e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. c) Situação de avaliação patrimonial: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., de: • Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com base em benefício definido. **d) Reservas de capital:** Ágio em transações de capital: Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., decorrentes das mudanças na participação societária da controladora CCR S.A. sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da mesma paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. **Transações com sócios:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos do reflexo da participação na controlada em conjunto CCR S.A., referente a equivalência patrimonial reflexa de ganho em transação com sócios decorrente de cessão de opção de compra de terreno. **e) Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. O saldo do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral que, observadas as disposições legais aplicáveis, deliberará sobre a sua destinação.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	58.576	181.709
Constituição da reserva legal - 5%	(2.928)	(9.085)
Lucro líquido ajustado	55.648	172.624
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(13.912)	(43.156)
Juros sobre capital próprio	(33.970)	23.270
Complemento de dividendo mínimo obrigatório	-	(19.886)
Dividendo adicional proposto	7.766	129.468
Dividendo adicional proposto: A parcela do lucro líquido do exercício excedente à distribuição do dividendo mínimo obrigatório foi destacada como dividendo adicional proposto, cuja aprovação será ratificada pelas acionistas na Assembleia Geral subsequente. Juros sobre capital próprio: De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 33.970, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Desse montante, R\$ 9.560 foi pago em 23 de Abril de 2020, R\$ 12.180 foi pago em 31 de Outubro de 2020 e o saldo de R\$ 12.230 será pago de acordo com disponibilidade da Companhia. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício foram reduzidos em R\$ 5.096, aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.		

13. Receita de serviços

	2020	2019
Receita bruta de serviços (a)	124.271	105.167
Impostos	(14.268)	(8.383)
Receita líquida	110.003	96.784

(a) Refere-se a serviços prestados por meio do consórcio COPER, para a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. Este contrato foi encerrado em 28 de fevereiro de 2021. **14. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **Instrumentos financeiros por categoria:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2020	2019
Ativos	-	-
Caixa e bancos	40	-
Aplicações Financeiras	22.740	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	9.642
Outras contas a receber	-	5.492
Passivos	-	-
Dividendos a pagar	(136.564)	-
Fornecedores	(3.496)	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	7.650
Cessão de direitos creditórios	(3.095)	-
	(8.321)	(8.595

... continuação

Instrumentos financeiros – Análises dos instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. **Categoria de instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração:

Ativos financeiros	Categoria	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	9.797.859	5.384.116
Contas a receber	Custo amortizado	5.324.949	4.901.264
		15.122.808	10.285.380

Passivos financeiros

Categoria	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado 48.755.728	40.035.094
Fornecedores	Custo amortizado 2.284.863	2.109.407
	51.040.591	42.144.501

Valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia avalia que o valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia de avaliação. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3. **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco

CEL-LEP Ensino de Idiomas S.A.

de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro na Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **Risco de mercado:** (a) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros, considerando que parte substancial dos empréstimos estão atrelados a taxas prefixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área

de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas e o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. **21. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal – chave da Administração:** Em 31/12/2020 foram registrados a título de remuneração (pró-labore) a diretores e administradores o montante de R\$ 757.090 pagos na forma de salários, não existindo bônus ou outras formas remuneração. **22. Cobertura de seguros –** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia possui um programa de

gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistente com as outras sociedades de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **23. Eventos subsequentes –** Até a data da emissão destas demonstrações contábeis, não foram constatadas e não é de conhecimento da Administração da Companhia, a delagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações contábeis.

Alexandre Vellita Garcia
Presidente
Anderson Mesquita Iacono
CRC 1SP 258.308-0/9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para

as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021.

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013.846-0/1

David Elias Fernandes Marinho
Contador
CRC 1 SP 245.857-0/3

Condições do mercado melhoraram em abril, diz Tesouro

Depois de instabilidades em março, as condições do mercado financeiro melhoraram em abril, avaliou hoje (28) o Tesouro Nacional, em nota explicativa sobre a evolução da dívida pública no mês. Segundo o órgão, o pacote de injeção de dólares nos Estados Unidos e o fechamento do acordo sobre o Orçamento deste ano melhorou a percepção de riscos sobre os países emergentes e reduziu as taxas de juros de prazos mais longos.

A maior prova do alívio no mercado, avaliou o Tesouro, está no risco país, que acumulava queda de 15,6% em abril até a segunda-feira (26). Indicador que mede a diferença entre os rendimentos dos títulos públicos brasileiros no exterior e os títulos do Tesouro norte-americano num intervalo de cinco anos, o risco país do Brasil passou de 225 pontos-base (diferença de 2,25% pontos percentuais ao ano de rendimento) em março para 190 pontos em abril (diferença de 1,9% ponto).

Welton Máximo/ABR

Kallas Incorporações e Construções S.A.

CNPJ/MF nº 09.146.451/0001-06

Relatório da Administração

Senhores e Senhores, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Kallas Incorporações e Construções S.A., relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2020 e 2019 de dezembro de 2019.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Balancos Patrimoniais		Controladora		Consolidado		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Participação dos acionistas Não Controladores		Patrimônio Líquido Consolidado	
Ativo	Nota	2020	2019	2020	2019	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucro do exercício	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Consolidado
Circulante		89.106	5.338	820.478	578.584						
Caixa e equivalentes de caixa	4	79.537	3.024	122.250	20.336						
Clientes de incorporação	5	–	–	127.244	135.503						
Cliente de obra	5	651	728	3.665	728						
Adiantamentos a terceiros		8.659	783	17.411	7.107						
Imóveis a comercializar	6	–	–	548.227	412.471						
Depósitos judiciais	13.1	259	803	1.681	2.439						
Não circulante		744.909	582.684	376.057	429.060						
Realizável a longo prazo		144.388	177.130	292.594	324.078						
Clientes de incorporação	5	–	–	104.108	21.212						
Imóveis a comercializar	6	–	–	132.238	143.897						
Impostos a recuperar	11.1	17.488	19.514	17.682	20.056						
Depósitos judiciais	13.1	10.564	10.262	10.564	10.262						
Partes relacionadas	12	107.100	121.006	18.053	91.024						
Adiantamento a parceiros		–	–	26.348	–						
Outros		9.236	–	9.949	11.279						
Investimentos	8	596.864	405.104	80.151	104.436						
Imobilizado	7	858	433	1.298	505						
Intangível		2.799	17	2.014	41						
Total do ativo		834.015	588.022	1.196.535	1.007.644						
Passivo e PL Circulante		116.230	46.101	192.989	97.914						
Fornecedores		662	628	11.425	6.035						
Obrigações trabalhistas	10	2.207	237	3.330	546						
Obrigações tributárias	11.2	148	49	4.168	971						
Impostos diferidos	11.3	–	–	5.255	6.483						
Adiantamentos de clientes	14	13	16	18.871	10.933						
Distratos a pagar		–	–	5.324	2.074						
Empréstimos e financiamentos	9	10.825	–	78.670	2.024						
Obrigações por aquisição de imóveis	14	–	–	35.895	34.517						
Partes relacionadas	12	101.393	44.366	29.253	34.077						
Provisão para perdas em controladas	8	982	805	798	254						
Não circulante		74.155	324.997	291.708	533.040						
Impostos diferidos	11.3	–	–	4.300	1.027						
Adiantamentos de clientes	14	–	–	114.958	80.134						
Obrigações por aquisição de imóveis	14	10.036	–	40.784	9.939						
Empréstimos e financiamentos	9	29.189	–	82.384	101.396						
Dividendos a pagar	15	15.397	299.816	15.943	299.816						
Provisões para riscos	13	18.816	9.564	22.786	22.423						
Outros		717	15.617	10.553	18.305						
Patrimônio líquido		643.630	216.924	711.838	376.690						
Capital social	15	553.783	197.826	553.783	197.826						
Gastos com emissão de ações	15	(3.017)	(3.017)	(3.017)	(3.017)						
Reservas de lucros	15	92.864	22.115	92.864	22.115						
Total do patrimônio líquido		643.630	216.924	711.838	376.690						
Atribuível aos controladores		643.630	216.924	643.630	216.924						
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–						
Resultado abrangente do exercício		64.830	11.810	66.305	33.043						
Atribuível aos:											
Acionistas Controladores		–	–	64.830	11.810						
Acionistas não Controladores		–	–	1.475	21.233						
Receitas											
Incorporação, venda de imóveis e serviços		7.037	2.763	425.064	189.242						
Constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos		–	–	(31.818)	(14.921)						
Insumos adquiridos de terceiros		7.037	2.763	393.246	174.321						
Custos operacionais - incorporação e venda de imóveis		(2.864)	(815)	(227.363)	(103.412)						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(15.934)	(14.639)	(62.744)	(20.426)						
Capital social		(18.798)	(15.454)	(290.107)	(123.838)						
Valor adicionado bruto (consumido)		(11.761)	(12.691)	103.139	50.483						
Retenções											
Depreciação e amortização		(260)	(256)	(321)	(262)						
Valor adicionado líquido produzido (consumido) Pela companhia		(12.021)	(12.947)	102.818	50.221						
Valor adicionado recebido em transferência											
Resultado da equivalência patrimonial		91.613	22.189	6.721	1.726						
Ganho/Perda com Participação Societária		3.321	5.135	(123)	2.320						
Receitas financeiras		1.172	2.325	12.394	6.164						
Valor adicionado total a distribuir		84.085	16.702	121.810	60.431						
Distribuição do valor adicionado											
Pessoal e encargos		(11.811)	(1.354)	(16.198)	(2.470)						
Remuneração direta		(1.606)	(690)	(2.251)	(762)						
Benefícios		–	–	–	–						
Encargos		(3.153)	(750)	(4.376)	(1.149)						
Impostos, taxas e contribuições		(16.570)	(2.794)	(22.825)	(4.381)						
Taxas Federais e municipais		(618)	(650)	(3.218)	(3.739)						
Federais e municipais		(672)	(487)	(18.148)	(6.515)						
Remuneração de capitais de terceiros		(1.290)	(1.137)	(21.366)	(10.254)						
Aluguéis e condomínios		(1.270)	(696)	(4.772)	(4.070)						
Despesas financeiras		(125)	(265)	(6.542)	(8.683)						
Remuneração de capital próprio		64.830	11.810	66.305	33.043						
Lucros retidos		64.830	11.810	64.830	11.810						
Lucros atribuíveis aos acionistas não controladores		–	–	1.475	21.233						

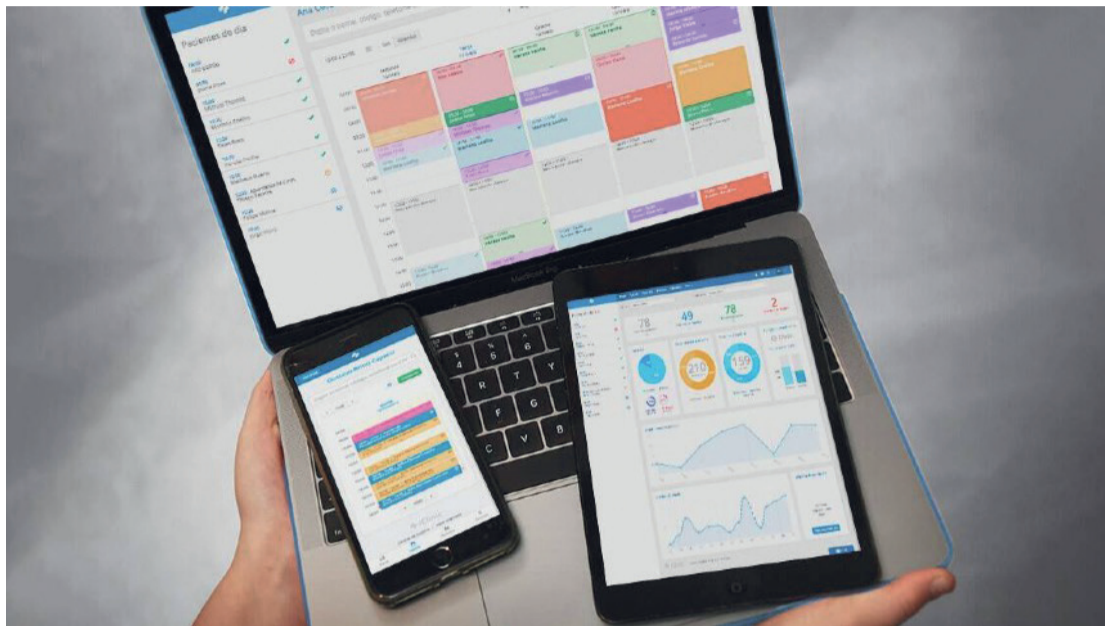
A Diretoria

Juliana Zambotti – Contadora – CRC: 1SP 168.613/0-6

Data Mercantil

Negócios

Por que o Softbank investiu R\$ 822 milhões na Afya? Spoiler: não foi pela área de educação



Em outubro de 2020, o grupo educacional Afya pagou R\$ 182,7 milhões pela plataforma de saúde digital iClinic, uma healthtech que havia recebido um investimento do Softbank Latin America poucos meses antes.

Em vez de deixar o negócio, o Softbank resolveu ficar com uma fatia ínfima de 0,2% da Afya, um grupo educacional com 21 instituições de ensino, sendo 18 delas com curso de medicina, que vale US\$ 2,3 bilhões na Nasdaq.

Essa participação quase irrisória pode se transformar em uma fatia de 8,4% com o investimento de R\$ 822 milhões (US\$ 150 milhões) que

o Softbank está fazendo na empresa por meio de um instrumento de dívida conversível em ações.

Mas por que o Softbank resolveu investir em um grupo tradicional de educação? A resposta, acredite, não tem nada a ver com educação. “Observamos que o mercado está enxergando uma Afya diferente do que ela está executando”, diz Felipe Affonso, diretor do Softbank Latin America. “E o mercado está precificando a Afya como uma empresa de educação tradicional, como Cognia e Yduqs.”

Em resumo: onde o mercado vê uma empresa de educação, o Softbank enxer-

ga uma companhia que está apostando pesado na construção de um ecossistema digital voltado para o médico, com soluções que vão de sistemas de gestão para clínicas médicas, como o caso da iClinic, passando por soluções de prescrição médica digital e telemedicina.

“Não somos uma empresa tradicional de educação”, afirma Virgílio Gibbon, CEO da Afya. “Começamos com graduação e temos preparação para a residência e especialização, mas atuamos em toda a parte de oferta de serviços digitais, que acompanham a jornada do médico.”

Neofeed

No mundo ESG, Nestlé e L’Oréal estão mais bem posicionadas. É o que aponta o suíço UBS



Expressa na sigla ESG, a governança ambiental, social e corporativa vem se consolidando entre os princípios que cada vez mais vão guiar os hábitos de consumo, os investimentos e, por consequência, as estratégias das empresas.

Uma pesquisa realizada pelo banco suíço UBS buscou entender qual é a influência desses conceitos no comportamento dos consumidores. E, a partir do estudo, que contou com a participação de 5 mil pessoas no Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, França e China, elegeu as companhias globais de alimentos, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos mais bem preparadas nesse contexto.

Itaúsa compra 8,53% da Aegea por R\$ 1,3 bilhão

A Itaúsa, holding dona do Itaú Unibanco, anunciou nesta terça-feira (27) que acertou a compra de 8,53% da empresa de saneamento básico Aegea por US\$ 1,3 bilhão.

Esse investimento corresponde a 10,2% do capital votante da Aegea, que manterá entre os sócios os atuais acionistas controladores e o Fundo Soberano de Singapura (GIC).

Em fato relevante, a Itaúsa afirmou que os recursos

devem ser captados por instrumento de dívida de longo prazo e que o investimento será contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e deve ser concluído no segundo trimestre de 2021.

A Itaúsa terá o direito de indicar um membro o conselho de administração da Aegea, líder privada em saneamento básico no Brasil, afirmando atender mais de 11 milhões de pessoas em 126 municípios em 12 Estados do país.

G1



Neofeed

“Preferimos ações com maior margem bruta, forte capacidade de P&D e mais flexibilidade de resultados, o que deve permitir mais investimentos em sustentabilidade e, ao mesmo tempo, em expansão adicional de margem”, escreveram os analistas do UBS.

“Entendemos que a Nestlé e a L’Oréal estão mais bem posicionadas”, ressaltaram. “E, embora reconheçamos os esforços feitos pela Danone e a Unilever, vemos riscos para as suas progressões de margem e crescimento daqui para frente.”

Em relação a Nestlé, o banco destaca que, dada a escala de suas operações e capacidades de pesquisa e desenvolvimento, a gigan-

te suíça é, provavelmente, a empresa que possui a agenda de sustentabilidade mais abrangente entre as companhias cobertas pelo UBS.

Os analistas ressaltam uma série de compromissos na agenda da companhia, além de diversos outros projetos já em curso, como o uso de satélites para garantir que as matérias-primas compradas pela empresa não estão ligadas a áreas de desmatamento e o investimento em embalagens mais ecológicas.

Quanto a L’Oréal, figuram como destaques na análise a baixa pegada de carbono e pequena exposição da empresa a embalagens de plástico, na comparação com seus pares.

Neofeed